UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**GEOGRAFIA E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA
BRASILEIRA**

Ana Carolina Rocha Spitalere

Profª Dra Bernadete Aparecida Caprioglio Castro

Rio Claro (SP)

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

ANA CAROLINA ROCHA SPITALERE

**GEOGRAFIA E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO
ACADÊMICA BRASILEIRA**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2014

910h.081 Spitalere, Ana Carolina Rocha.
S761g Geografia e gênero: considerações sobre a produção acadêmica
brasileira / Ana Carolina Rocha Spitalere. - Rio Claro, 2013
72 f. : il., figs., gráfs., quadros

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio Castro

1. Geografia humana – Brasil. 2. Geografia feminista. 3. Espacialidades
femininas. 4. Geografia do gênero. I. Título.

ANA CAROLINA ROCHA SPITALERE

**GEOGRAFIA E GÊNERO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO
ACADÊMICA BRASILEIRA**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio Castro. (orientadora)

Ana Carolina Rios Gomes - Doutoranda do PPGG/IGCE

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Rio Claro, 5 de Fevereiro de 2014

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedicatória

A todas e todos as(os) educandas(os) que tiverem contato com esse trabalho. Quero me deter aqui principalmente as mulheres, em especial as geógrafas que, assim como eu, não tem acesso ao conhecimento das Geografias Feministas na grade – no sentido semântico da palavra-curricular de nosso curso.

Espero que essa singela experiência científica possa contribuir para uma emancipação humana, no que abrange as opressões que nós mulheres diariamente somos vítimas.

Agradecimentos

Em forma de versos a sonoridade das palavras voam mais livremente.

Livre sinto-me tecendo esses agradecimentos,

A vontade, pois pertenço a posição de gratidão.

Então, começo do princípio:

o responsável por desenvolver esse trabalho que,

em formato científico tem a pretensa intensão de se tornar interno.

Internalizando-se em cada sujeito, em suas práticas diárias.

Pois foi assim que comecei, e agradeço a Vida por essa minha consciência.

Que não me seria útil se não existisse o “objeto”,

o que ver?: um mundo nefasto de gestos, falas e séculos de *machismo*!

Obrigada especialmente aos homens por me ensinarem esse meu “acordão”.

Poderia ter passado uma vida toda sem notar o quão esse mundo me é violento

enquanto, simplesmente, ando com meu corpo e vou a padaria.

Mas, de volta ao processo de gestação desses meus escritos abaixo....

sou grata a todas e todos que fizeram e fazem parte da minha história,

que é nossa também!

À família Rocha e aos Spitaleres, que mesmo não entendendo muita coisa do que aqui escrevo, sempre estão abertos as minhas críticas, “reclamações”, desabafos... e stress.

Afinal, família!

À Berna dedico o meu “muito obrigada” pelas horas de correção, conversas e discussões...

À professora geógrafa e feminista Joseli, que mesmo a distância, separou um tempinho a esse trabalho, me ajudando no que era preciso.

Obrigada a todas as geógrafas que tiveram suas vozes aqui pronunciadas!

Pelos mapas além-mar, diretos de Portugal: Bruno, valeu!

Pelas leituras, correções e puxões de orelha, desde 2011... Vitor e Maria.

Pelos toques e ajudinhas técnicas, Bruna e Gustavo.

Por sua voz serena e sua aula tranquila, que diariamente me faz exercitar o desenvolvimento de uma mente calma, capaz de escrever tudo o que aqui foi escrito.

Obrigada Beti!

Por horas e horas de discussões, agradeço pela existência do grupo de feminismos.

Bom, o que falar da existência de uma pessoa que, desde o início da graduação te acompanha com um verdadeira amizade: Gabriela Gomes!!

E, pra fechar, agradeço a grande florzinha da minha vida.

Por polinizar meus dias e florescer sempre em minha vida.

Trouxe-me, para esse trabalho, foco, sempre que necessário, e era quase sempre necessário;

Ajudou-me na complexa-técnica e por que não, chata, linguagem científica,

Dando-me força, sempre que a bola caia.

Raquel, gratidão por caminhar comigo!

Acabo aqui oferecendo um pedacinho dos meus “muito obrigado” para minha dedicação,

sem ela, nada disso existiria.

“Nossa existência corpórea, imediatamente após o nascimento, é classificada socialmente por dois marcadores de diferença que geram hierarquias e nos posicionam no mundo: a cor da pele e a forma da genitália.” (SILVA & ORNAT, 2011, p. 27)

RESUMO

Este trabalho busca compreender os caminhos que levaram as(os) geógrafas(os) brasileiras(os) a utilizarem a categoria gênero como um elemento analítico para a compreensão da produção do espaço, através da perspectiva teórica das “Geografias Feministas”. Assim, é importante considerar na história da ciência geográfica as bases teóricas e metodológicas que possibilitaram a inserção da categoria gênero nas pesquisas, uma vez que essa temática própria do campo da Antropologia e Sociologia aparece pouco frequentemente nas investigações geográficas. Como categoria de análise das relações sociais indissociadas do espaço, o gênero compreende não só as feminilidades, como também as masculinidades e as transexualidades, analisados numa perspectiva relacional. Porém, dar-se-á maior ênfase para a compreensão da mulher como agente transformador do espaço, visto a importância de tirar dos esconderijos da história a visão e o papel das mulheres na construção do mundo. Neste sentido, com o objetivo de dar visibilidade sobre o tratamento da relação espaço e gênero, serão apresentados e comentados alguns trabalhos produzidos no âmbito da Geografia no Brasil, bem como entrevistas com algumas geógrafas.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia e gênero. Espacialidade feminina. Geografias feministas.

Abstract: This work aims to understand the ways that have led Brazilian geographers to use the gender category as an analytic element in order to understand the production of space, through the theoretical perspective of "Feminist Geographies". Thus, it is important to consider, in the history of geographical science, the theoretical and methodological foundations which enabled the inclusion of gender in researches, since this subject belongs to the field of Anthropology and Sociology and it rarely appears in geographical investigations. It is understood that the gender, as an analytical category of intertwined social relation of space, comprising not only the femininity as well as masculinity and transexualities, analyzed in a relational perspective. However, greater emphasis on the understanding of woman as an agent of space will occur, due to the importance of taking the role of women in building the world out of the hidden of history. Therefore, some works produced in Geography in Brazil will be presented and discussed in order to give visibility on the treatment of space and gender relationship.

KEYWORDS : Geography and gender. Female spatiality. Feminist geographies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. INTRODUZINDO A CATEGORIA GÊNERO NA GEOGRAFIA.....	11
3. OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA	22
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM GEOGRAFIA E GÊNERO	35
4.1) As abordagens de gênero no discurso geográfico	38
5. AS VOZES FEMINISTAS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	45
5.1) O que é gênero para as geógrafas?	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	65
APÊNDICE	66

1. INTRODUÇÃO

Compreendendo a ciência como uma construção social de determinada sociedade e espaço, pode-se afirmar que ela ao passo que incorpora o debate sobre gênero, possibilita esclarecer as diferentes maneiras pelas quais homens e mulheres constroem não só o conhecimento, mas também o espaço. A ciência transforma-se por meio de perguntas que pesquisadoras(es) elaboram a partir de fenômenos que fazem parte da realidade. As respostas científicas dependem da operacionalização de conceitos e categorias que são mais ou menos apropriados para construir a inteligibilidade da realidade estudada. Nesse sentido, a emergência da categoria gênero na geografia brasileira torna-se fundamental na medida em que fenômenos espaciais exigem novos caminhos compreensivos para além da tradição geográfica dos sujeitos genéricos, apenas localizados socialmente em termos de classes. Assim, outras categorias sociais tornam-se relevantes como gênero, etnia, religião, nacionalidade entre outras. O acolhimento da categoria gênero na Geografia brasileira possibilita a complexificação de pessoas que durante muitos anos não conseguiram visibilidade no discurso científico e assim, a perspectiva de gênero pode construir visibilidades de vários grupos negligenciados. A abordagem de gênero concerne também aos homens, transsexuais e homossexuais, entretanto “[...] os estudos que enfocam as feminilidades obtiveram maior expressão porque se tornaram a possibilidade científico-política de denúncia das injustiças presentes na organização socioespacial sexista.” (SILVA, NABOZNY & ORNAT, 2011, p.25). Nesse sentido, qual seria a importância de entender o processo de inserção da categoria gênero na produção geográfica brasileira?

Examinar-se-á também a produção científica que tem a mulher como foco, produtora e produto do saber. O que pode vir a contribuir com a geografia brasileira, visto que, segundo as análises de SILVA (2003, p.34) “[...] apresenta um pequeno número de pesquisadores com dedicação a esta temática no Brasil”, entretanto, é uma tradição de mais de trinta anos na geografia mundial.

Entendemos que as relações humanas não são homogêneas, e que as teorias sociais permitem explicar essas diferenças pela classe social, gênero, etnia, etc, assim é de suma importância utilizar a categoria de análise gênero para compreender a complexidade das relações sociais. E na Geografia, com sua especificidade da análise espacial das relações sociais, o gênero funda-se como uma categoria que vem a enriquecer esses estudos, na medida em que

contribui na problematização das relações de gênero em sua dimensão espacial. E na tentativa de produzir conhecimento científico que dê espaço às vozes silenciadas, realizar esse trabalho como pesquisadora, mulher, é contribuir para a luta política, fomentada pelas feministas, na arena da produção científica dominada pelo poder masculino. É como conclui Silva (2003):

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica. (SILVA, 2003, p. 34)

Fazer um trabalho científico que evidencie a presença da mulher é em primeiro lugar um desafio, visto que o conhecimento científico é uma construção histórica arraigada em bases androcêntricas de entender o mundo. Em específico, esse desafio aparece-me como geógrafa, cuja ciência é dotada de características que, segundo a leitura de SILVA (2009), esclarecem a impermeabilidade da perspectiva de gênero na compreensão do espaço geográfico, tais como: bases eurocêntricas, permanência de sujeitos universais e apego à expressão material do espaço. E, em segundo lugar, trata-se de uma posição política, pois como alerta Michel Foucault (1988), é necessário prestar atenção às ausências e aos silêncios porque eles protegem a força e o poder do discurso hegemônico.

Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram, primeiramente um breve levantamento histórico desde o início da abordagem da categoria gênero na Geografia brasileira. Em seguida, buscamos conhecer as pesquisas em Geografia e Gênero no Brasil, através dos grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com os dados dos respectivos grupos de pesquisa, produzimos um mapa espacializando esses grupos no território brasileiro. Para cada líder de grupo, investigamos sua produção científica relacionada a temática, com o intuito de saber a respeito das diferentes abordagens da categoria gênero e também sobre como esses trabalhos estão distribuídos nas diversas áreas da geografia. Dados esses que estão expressos em quadros, mapa e gráficos no decorrer do presente trabalho. E, por fim, com as pesquisadoras que tivemos mais contato ao longo da realização do trabalho, produzimos um questionário a fim de entender melhor a relação delas com os estudos de gênero.

2. INTRODUZINDO A CATEGORIA GÊNERO NA GEOGRAFIA

“Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação.”

(BORDIEU, 2011, p.13)

A gênese da ciência geográfica é cunhada no pensamento moderno europeu, num cenário de avanço das relações capitalistas de produção, em que o conhecimento científico/técnico sobre o globo - oriundo da Geografia Clássica- toma forma de um discurso dominante. Como uma ferramenta ideológica para assegurar os interesses de uma classe em ascensão - a burguesia – o fazer geográfico carrega em si uma visão de mundo eurocêntrica. Dessa forma, a realidade é compreendida a partir de bases racionalistas, que trilha o caminho à procura da verdade através de argumentações lógicas, com o intuito de estabelecer generalizações universais a fim de facilitar e legitimar a dominação dos demais povos e territórios. Assim, a razão é incorporada no discurso moderno dominante como sendo o único princípio norteador do saber, o que contribui para silenciar visões de mundo não racionalistas, que consideram, por exemplo, o gosto, o olhar, o sentimento, a identidade, tão importantes quanto o método racionalista na compreensão da realidade (NABOZNY & ORNAT, 2009).

Com o desenvolvimento incipiente do modo de produção capitalista, aprofunda-se “[...] um sistema de relações de gênero nas quais a produção dos meios de vida é socializada, enquanto que a reprodução dos trabalhadores e sua substituição é a responsabilidade privada de famílias individuais” (HAUG, 2006, p. 317). Assim, as tarefas domésticas, feitas majoritariamente por mulheres, não eram consideradas como trabalho social, e dentro de uma lógica capitalista das relações sociais, não eram remuneradas além de serem consideradas como uma tarefa inferior em relação ao trabalho feito pelos homens - nas fábricas e nos gabinetes políticos – que ganhavam salário e reconhecimento social.

É nesse mesmo sentido que a concepção moderna de espaço vai ser entendida e produzida como uma construção do e para o homem europeu, como afirma Silva (2009):

Ao estudarmos a história do pensamento geográfico, é preciso deixar claro, estamos absorvendo o discurso da ciência moderna, produzida por homens brancos, europeus e ocidentais. Assim, não é de estranhar que os conteúdos,

métodos e personagens da história do pensamento geográfico expressem a versão do poder hegemônico (SILVA, 2009, p.6).

Dessa forma, entende-se que na relação homem/meio, estudada pelas diversas correntes do pensamento geográfico, o ser social dotado de racionalidade é entendido, desde os Positivistas até os pensadores da Geografia Crítica, como sujeito universal, embora, em síntese, esta última se distancie da visão positivista por ensejar uma práxis revolucionária. Entende-se por “sujeito universal” a construção de uma imagem homogênea de ser humano, que nega as diferentes raízes culturais que são construídas num determinado lugar e que contêm uma história. Compreende-se o “homem” como sendo neutro às transformações e conflitos de seu tempo, despindo-o de suas diferenças culturais, de classe, sexo, gênero, etc. Para tanto, evidencia-se a construção da interpretação de fatos sociais sob uma única ótica, de acordo com os valores burgueses da época: do homem – sujeito do sexo masculino, ocidental, europeu, heterossexual, branco, rico e cristão. Fato este que contribui para a aceitação do modelo de saber universal, que esconde as diferenças plurais presentes na sociedade e exclui da construção do conhecimento científico a visão de mundo de “minorias” silenciadas: mulheres, negras (os), crianças, índias (os), homossexuais, entre outros.

Outro elemento que nos esclarece sobre “as ausências e silêncios do discurso geográfico” (FOUCAULT, 1988), é a compreensão hegemônica do espaço geográfico, entendido e analisado em sua expressão material. Desde os primórdios da Geografia - do conhecimento disperso na Antiguidade à Geografia Clássica - os debates acerca de seu objeto de estudo, que incluem a pergunta moderna “o que é Geografia?”, nos permite averiguar que os questionamentos e hipóteses estavam centrados na superfície terrestre, em seu escopo material-empírico, aos aspectos visíveis, mensuráveis do real. O entendimento da ação humana sobre o espaço ficou ausente por um tempo, herança da visão dualista de Kant sobre a ciência, que a dividiu em ciências especulativas, apoiadas na razão, e empíricas, apoiadas na observação e sensações. A Geografia, neste momento histórico, era entendida como ciência empírica, juntamente com a Antropologia. Porém, esta estava incumbida de estudar o homem, enquanto à Geografia coube a síntese dos conhecimentos sobre a natureza (MORAES, 1998). Nessa época a relação natureza-homem era entendida em sua forma dicotômica, cuja primeira trazia atributos irracionais, logo, deveria ser dominada pela sabedoria iluminada do “homem” (sinônimo de sujeito universal). O que contribuiu enormemente para a construção da segregação dessas duas categorias científicas foi também o processo de conquista ultramarina na Europa do século XVI que fomentava o modo de produção capitalista crescente, na ânsia pela

dominação de “novos” territórios. Assim, na divisão dos saberes científicos, havia a ciência engajada por estudar a “natureza”, como era o caso da Geografia e outras, por investigar o “homem” - como se os estudos acerca da superfície terrestre não englobassem o entendimento da vida humana ali presente, vice-versa.

É com a emergência da Geografia Clássica, baseada na concepção filosófica e metodológica positivista, que “o homem” aparece na compreensão do espaço, porém com a pretensa visão neutra e objetiva de mundo, na qual a geografia é entendida como uma ciência natural dos fenômenos humanos. Esta forma essencialista de entender a realidade, em que o ser humano é mais um fenômeno da paisagem, denota uma geografia despreocupada com as relações sociais e suas implicações no espaço geográfico.

Este quadro começa a se transformar com a renovação da geografia, a partir dos anos 1950, em que se engendram abordagens fora do positivismo clássico, tais como a fenomenologia, o estruturalismo, o neopositivismo, o marxismo, entre outras. O desenvolvimento do modo de produção capitalista em um estágio monopolista, o avanço das tecnologias da informação e a constituição de uma economia mundializada, em suma, as mudanças históricas e sociais implicaram em novas formas de entender a realidade, visto que o conhecimento científico é produto de sua época. Como as explicações que anteriormente eram pautadas na superfície terrestre já não correspondiam às transformações da realidade, que se tornava cada vez mais complexa, a geografia passa a produzir uma diversidade de métodos e interpretações que adentram essas mudanças sociais. É possível organizar o conhecimento produzido na época em dois grupos, segundo suas intenções e posicionamentos políticos (MORAES, 1998): a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.

Com a intenção de questionar as bases epistêmicas do discurso geográfico brasileiro pautado em privilégios de sexo e raça (MIGNOLO, 2004) e colaborar para a construção de uma geografia transformadora que negue a ordem estabelecida, abordaremos o conhecimento construído pela Geografia Crítica. Esta se distancia do pensamento pragmático justamente por entender e praticar o conhecimento científico como instrumento de denúncia e arma de combate, fazendo da geografia mais um elemento de superação da ordem capitalista (MORAES, 1998) e quiçá patriarcal! No âmbito dessa linha de pensamento, há perspectivas diferentes e uma grande diversidade metodológica. No que tange aos anseios do presente trabalho, a perspectiva do pensamento geográfico que possibilita a introdução de discussões sexistas da produção do espaço deu-se a partir da Nova Geografia Cultural, como salientado na análise de Roberto Lobato Corrêa (2007):

A década de 1970 foi, em realidade, uma arena de embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, no âmbito dos quais emergem uma geografia crítica e diferentes sub-campos que, nos anos 80 iriam confluir, em parte, para gerar a denominada geografia cultural renovada (CORRÊA, 2007, p.3).

A nova análise cultural além de priorizar as expressões materiais da cultura, constata também que as realidades que refletem a organização social do espaço não são puramente materiais. Não se atentavam à distribuição espacial dos lugares, tal como os neopositivistas, mas estavam preocupados em compreender a maneira que as pessoas viviam os lugares, davam sentido a eles e buscavam transformá-los. Assim, configura-se na produção do pensamento geográfico a preocupação com as pluralidades das experiências dos diversos grupos sociais no espaço. Os estudos da Nova Geografia Cultural, juntamente com as formulações teóricas pós-modernas, na busca por construir uma compreensão plural da realidade, desconstruem o olhar hegemônico racionalista e eurocêntrico sobre o mundo. Assim, abrem-se novas abordagens para a compreensão do espaço, tendo a cultura e seus significados como elementos centrais para o estudo da organização do espaço, que já não é mais entendido apenas com base nos processos de produção material. Como explica Silva (2003):

Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear, e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade. (SILVA, 2003, p.34)

Essas mudanças na forma de conceber o espaço geográfico, dando ênfase à compreensão dos significados que os diversos grupos sociais - homens, mulheres, homossexuais, etc- constroem no lugar, estão também relacionadas ao contexto da “Revolução Sexual” dos anos 60 e 70, nos EUA e na Europa. O movimento feminista, pós-68, ganha voz para denunciar o machismo na sociedade, levantando bandeiras pela busca de sua visibilidade e pelo fim da opressão masculina. Como colocam NARVAY & KOLLER (2006):

As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstram, ainda, que o poder foi – e ainda é – predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos. (Butler, 2003; Millet, 1970; Pateman, 1993). (NARVAY; KOLLER, 2006, p.648).

O movimento feminista é classificado em três momentos específicos, oriundo de “[...] épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada época” (NARVAY & KOLLER, 2006). A “primeira geração” foi o momento de origem do movimento, caracteriza-se por seu caráter liberal, luta por igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos estes reservados como privilégios aos homens. A ideia de conquistar um igualitarismo de direitos entre homens e mulheres estava inserida no contexto de desenvolvimento da luta por direitos civis, políticos e sociais e a conformação final do Estado de bem-estar-social, nos EUA e na Europa, em países como a Inglaterra, França e Espanha. Conforme essa periodização, o movimento feminista gerado no âmbito da Revolução Russa não foi problematizado, assim explicita-se aqui a importância de destacar a luta da comunista Alexandra Kollontai e de suas companheiras ao introduzir à bandeira socialista a opressão das mulheres, uma vez que o machismo se fazia presente entre os comunistas, embora estes almejassem o fim da desigualdade humana. Assim como a participação das feministas anarquistas na Revolução Espanhola com o protagonismo do grupo “Mujeres Libres”, fundado em abril de 1936, às vésperas da eclosão da guerra civil e do movimento revolucionário espanhol, com a intenção de se dedicar a causa feminina, em especial, lutar contra a opressão e o silêncio em que viviam as mulheres espanholas. Buscavam despertar a consciência feminina para as ideias libertárias, pois acreditavam que a libertação feminina era condição sine qua non para a mudança revolucionária da sociedade. Dessa forma, propunham um feminismo diferente da bandeira do feminismo liberal vigente, defendiam o fim das hierarquias sexuais e sociais, o amor livre, a maternidade consciente, além do direito das mulheres ao acesso efetivo da vida pública em todas as suas dimensões: cultura, trabalho, educação (RAGO, 2007).

Em meados dos anos 60 e 70, em especial nos EUA e na França, constitui-se a “segunda geração” do movimento feminista. Nos EUA, o movimento caracterizava-se pela denúncia à opressão masculina e pela busca de um “feminismo de igualdade” entre homens e mulheres, oriundo das lutas do movimento de “contracultura”. Já na França, a luta foi pela valorização radical das diferenças entre homens e mulheres, na busca por visibilidade, principalmente à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada.

É na geração contemporânea do movimento feminista, conhecida como “terceira geração”, que as discussões a respeito da condição feminina no mundo tomam maior proporção, inserindo-se com mais força e vitalidade nos debates acadêmicos dos anos 70 e 80, constituindo assim um campo de saber científico (MACHADO, 1992). A discussão teórica e militante acerca

dos estudos sobre gênero, e dentro desse, atenção majoritária a mulher enquanto protagonista da história, encontra-se na produção britânica, francesa e americana, responsáveis pela virada dos rumos do feminismo, que passa a pensar nas relações entre os gêneros – em suas multiplicidades de diferenças e alteridades - e estabelece uma crítica a ilusão da harmonia e homogeneidade entre as mulheres. É importante ressaltar “que a produção feminina e acadêmica sobre sexo/gênero tendia a deixar correr paralelas ou misturadamente as três gerações” (MACHADO, 1992, p. 27). Em geral, esses estudos produziram uma reavaliação das explicações sobre as relações sociais, apoiando-se na experiência de mulheres e criticando as teorias que vem omitindo as relações de gênero como um dos elementos explicativos da organização social (SORJ, 1992) e espacial. O diálogo do movimento feminista com a academia é eminentemente interdisciplinar, tomando abordagens no campo das Ciências Sociais, Psicanálise, Antropologia, Linguística e Literatura.

Como um movimento moderno, destacam-se três elementos centrais em sua construção teórica, em síntese: a proposta de universalidade da categoria gênero, a identificação de um sujeito histórico de transformação e a construção de utopias libertárias. Porém, como salienta SORJ (1992), há ambiguidades e tensões presentes na teoria social feminista que são passíveis de serem exploradas, como por exemplo, o processo de inserção da mulher na esfera pública que alterou de maneira radical a identidade construída historicamente no mundo dos papéis sociais situados na esfera privada (sensibilidade, expressividade, delicadeza, etc.). Com isso, o movimento intelectual feminista se aproxima da crítica pós-moderna, é como evidencia SORJ (1992) citando David Harvey: “A produção intelectual identificada com a pós-modernidade apresenta como alvo principal de crítica a ideia da universalidade que marca o pensamento do Esclarecimento” (HARVEY, 1989 *In* SORJ, 1992, p.19). É na produção científica das Ciências Sociais que o encontro entre o feminismo e a pós-modernidade acontece, o que possibilitou a produção da “crítica à maneira pela qual a sociedade moderna construiu um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional” (SORJ, 1992, p.19). Dessa maneira, impõe-se às mulheres a condição de subordinação, pois na medida em que elas são identificadas, segundo um estilo moral de julgamento, com as manifestações irracionais (empatia, afetividade, sentimentos), são automaticamente excluídas da moral racional e confinadas à esfera doméstica, onde a subjetividade – parte integrante e inevitável da existência humana - poderia florescer. Como consequência, ou as mulheres abandonam essa sua “identidade” do particular e passam a se inserir no “humano universal”, ou estariam excluídas da esfera pública (SORJ, 1992). Outro elemento que contribui para a crítica ao

pensamento ocidental em relação à temática de gênero encontra-se nos estudos antropológicos. Estes argumentam que a dualidade construída pelo pensamento ocidental entre natureza e cultura pressupõe o domínio desta sobre a natureza. Assim, esta mesma noção de controle é percebida na relação homem-mulher. Como conclui Machado (1992):

O homem controla a mulher assim como a cultura controla a natureza. Nestas relações metonímicas e metafóricas, a ideia ocidental de controle atuou cegamente. Este deixar atuar cegamente permitiu a (re) construção de um sistema de gênero, que é muito mais a reprodução do pensamento ocidental que o diálogo com outro sistema de gênero. (MACHADO, 1992, p. 34)

A partir dessa crítica, a antropologia feminista (ORTER, ROSALDO & LAMPHÈRE, 1974) propõe a universalização da assimetria de poder em relação ao gênero, abrindo à problemática: “gênero e poder ou gênero é poder?”. Segundo Machado (1992), os estudos das ciências sociológicas se dirigiam majoritariamente à compreensão das sociedades ocidentais (modernas, industriais e capitalistas), “especialmente em seu âmbito macro e em sociedades onde a distância entre espaço público e privado é maior” (MACHADO, 1992, p.35), o que veio a contribuir para a discussão entre gênero e poder, assim como entre gênero e trabalho, gênero e família e gênero e classe. Assim, o diálogo entre esses dois campos do conhecimento científico produziu uma visão crítica, por parte da Antropologia, em relação à concepção de gênero utilizada pelo pensamento sociológico. Este, ao conceber as relações de gênero como totalmente recobertas pelas relações de poder, cristaliza a dominação masculina e “obscurece tanto a detecção de outras associações simbólicas dos sistemas de gênero (a indagação sobre a complementaridade, reciprocidade, etc.) como a percepção dos diferentes poderes, muitas vezes instalados no feminino e não no masculino” (MACHADO, 1992, p. 35).

Negando a concepção de uma história linear na produção científica, vê-se a inserção dos estudos de gênero tomar mais atenção no campo teórico-metodológico da corrente contemporânea do feminismo, constituindo-se como categoria unificadora do conjunto de estudos feministas. O entendimento de gênero abordado pelas Ciências Sociais envolve duas dimensões: a primeira desconstrói a compreensão do gênero relacionado aos aspectos estritamente biológicos do ser humano, diferenciando sexo - equipamento biológico - de gênero. Este entendido como: “[...] produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações” (SORJ, 1992, p. 15). E a segunda dimensão da categoria gênero “envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social” (SORJ, 1992, p.

16). Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundado sobre as diferenças entre os sexos, e também uma maneira primária de significar relações de poder, inscritas nas linguagens, no comportamento e nas instituições (TILLY, 1994). Assim, a categoria de gênero é relacional e política, ocorre no campo do discurso de relações de poder (SCOTT, 1986).

É nesse contexto de debates acadêmicos acerca da categoria gênero e da produção feminina no campo científico, que surge nos Estados Unidos e na Inglaterra em meados da década de 70, a tradição da discussão que envolve espaço, gênero e sexualidade, que afirma-se como um sub-campo da Nova Geografia Cultural, denominado Geografia Feminista (ORNAT, 2008). Desde então, são oferecidos cursos nos programas de Geografia de universidades de vários países, tais como, nos Estados Unidos, Inglaterra, Índia, Canadá, Jamaica, Suíça, Nova Zelândia. A vertente teórico-metodológica da Geografia Feminista é constituída nas universidades anglo-saxãs, por geógrafas que passaram a denunciar os privilégios epistêmicos e a hegemonia masculina na produção do conhecimento, contestando assim o pensamento da ciência moderna. Assim como ideia conclusiva, Rodrigues (2010) contribui afirmando que:

A articulação da Geografia com o feminismo, conduz a uma tentativa de compreensão sobre como as relações de gênero e identidade são modeladas e assumidas no espaço, e através deste, com as suas particularidades em diferentes grupos e culturas. (RODRIGUES, 2010, p. 27)

Elas iniciaram uma luta em busca da igualdade entre homens e mulheres dentro da Geografia e almejavam focar as investigações geográficas referentes as mulheres, segundo a denúncia de que o conhecimento científico é generificado e hierarquizado, dotando as características masculinas como superiores às femininas. A partir da luta de mulheres lésbicas e negras, a Geografia Feminista passou a ser considerada no plural, pois passaram a ressaltar a pluralidade das feminilidades, compreendendo que não existia uma unicidade a ser considerada apenas em relação ao corpo-sexo feminino, era preciso considerar também a classe social, etnia, religião, sexualidade, nacionalidade, elementos importantes para entendermos as realidades espaciais vivenciadas pelas mulheres. De acordo com as investigações de Silva (2009):

(...) o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial. (SILVA, 2009, p.31)

No campo científico, os fenômenos da realidade só podem ser estudados mediante uma

objetividade científica, através de métodos racionais, dessa forma, ao classificar a razão como um atributo do masculino (sinônimo de homem), a ciência exclui da arena da produção científica os pensamentos produzidos por mulheres, pois a estas são atribuídas apenas as características sensíveis e emotivas – o feminino. Como na relação de poder natureza-cultura/feminino-masculino, presentes nos estudos antropológicos anteriormente citados, na concepção de espaço geográfico também encontramos esta noção de controle do masculino sobre o feminino, como nos mostra SILVA (2009, p.30): “[...] a paisagem como natureza passiva é feminina, exemplificada pela noção de “Mãe Terra”; em oposição, constrói-se a ideia de conquista e dominação da natureza, realizada pela razão e pelo trabalho “do homem” que produz o espaço.”

Geógrafas como Linda McDowell, Gillian Rose, Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramón, Janice Monk, Janet Monsen, Pamela Moss, entre tantas outras, são nomes internacionais que tem contribuído na luta para que as mulheres sejam reconhecidas como importantes produtoras do espaço geográfico desde a década de 70. Por exemplo, para Gillian Rose, geógrafa britânica dos anos 90, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço de luta e resistência. Assim, traz como proposta teórica o conceito de “espaço paradoxal”, pois acredita que não há como tornar as atividades das mulheres visíveis através das categorias explicativas da pesquisa convencional da geografia. Essa análise do espaço através do conceito “paradoxal” vai além das abordagens restritas à mulher, pois considera a multiplicidade das identidades dos seres humanos, propondo caminhos que relacionam etnia, classe social, gênero e sexualidade. Em meados da década de 80, um grupo de geógrafas(os) inglesas(es) – Institute of British Geographers (IBG) – deram um passo importante definindo já nessa época a geografia do gênero como “aquela que considera de forma explícita a estrutura de gênero na sociedade” (WGSG, 1984, p. 21).

Até aqui procuramos considerar a história da construção do conhecimento científico, em especial da Geografia, para entender a emergência de certos conceitos como ferramenta teórica na compreensão do espaço (BONDI & DOMOSHI, 1992). A construção da ciência geográfica brasileira tem suas proposições e heranças filosóficas em solos estrangeiros, sobretudo na Europa e nos EUA, o que esclarece em partes a recente e singela abertura às vertentes feministas na produção geográfica brasileira, visto o pequeno escopo publicizado de estudos da análise de gênero. Outro desafio encontrado para a expansão dos estudos de gênero na geografia é a dificuldade para a publicação dos trabalhos, pois estes são avaliados por olhares machistas dentro das academias que desqualificam a temática de gênero, classificando-a como

não-ciência, como sendo temas polêmicos, que reproduz um linguajar de baixo calão, como por exemplo os estudos sobre sexualidades e as espacialidades transexuais.

Entretanto, os estudos acerca da categoria gênero existem nas pesquisas geográficas brasileiras e inicialmente foram inseridos na vertente da Nova Geografia Cultural, visto que contribuem com a abordagem cultural, pois se interessam pelos significados que os diversos grupos sociais constroem espacialmente, o que proporcionou uma aliança teórico-metodológica com as geografias feministas, enriquecendo o intercâmbio entre esse campo e as demais áreas da Geografia. Partindo da concepção que o espaço não é vivenciado nem percebido da mesma maneira entre os diferentes grupos sociais, essas teorias almejam ressaltar que há diversos significados e representações acerca do espaço, quantos forem os atributos considerados, combinados entre si de modo complexo, tais como, religião, gênero, classe social, cultura, entre outros (CORRÊA, 1995). Assim sendo, SILVA (2003, p.33) afirma que “[...] a abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder [...]”.

São nomes de geógrafas(os) brasileiras(os) como, Rosa Ester Rossini (USP), Sônia Calió (USP), Benhur Pinó da Costa (UFSM), Joseli Maria Silva (UEPG), Susana Maria Veleza da Silva (FURG), Marcio Jose Ornat (UEPG), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ), Alides Baptista Chamin Junior (UNICENTRO), Alecsandro José Pridêncio Ratts (UFS) e María Franco Garcia (UFPB)¹, entre outras(os) que contribuem na construção da produção geográfica brasileira que traz a discussão da análise e compreensão do espaço a partir da categoria gênero, juntamente com as interpretações e atributos provenientes das Geografias Feministas. Tais estudos situam-se em temas como: a exploração da força de trabalho feminina no campo e na cidade, educação geográfica e gênero, trabalho informal e gênero, espaço urbano e gênero, geografia das sexualidades, entre outros. São trabalhos pioneiros no debate em torno dessa categoria, tratando o gênero como um importante elemento explicativo da produção do espaço. E, como objetivo político-ideológico, essas pesquisas buscam romper com a perspectiva masculina na produção do pensamento geográfico.

¹ Em ordem da sequência, essas siglas significam: Universidade de São Paulo; Universidade Federal de Santa Maria-RS; Universidade Estadual de Ponta Grossa-PA; Universidade Federal do Rio Grande; Universidade de Rondônia; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Centro-Oeste-PA; Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal da Paraíba.

Portanto, esse trabalho se debruça no esforço de entender o processo de construção do pensamento feminista na geografia brasileira, dessa maneira, esperamos contribuir para a ampliação das discussões de gênero na compreensão do espaço, visto que essa área ainda se encontra nos subsolos geográficos, sendo muitas vezes classificadas como um saber “não geográfico” pelos grupos dominantes, que delimitam o que é e o que não é geografia. Questionar e desnudar o discurso geográfico enquanto um saber que traduz uma visão de mundo assentada não só ideologicamente, mas também e, sobretudo em uma corporalidade, (re)produzindo assim os papéis sociais generificados, é também uma ambição desse trabalho.

3. OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

“Concordo com Saffioti (2000), quando argumenta que “só as e os estudiosos do tema têm privilégios de abandonar os pré-conceitos necessários à análise da condição feminina. Obviamente, não bastam os conceitos. Dados também são necessários (p.7).” (VELEDA, 2011)

Com o objetivo de procurar esclarecimentos introdutórios sobre a inserção da categoria gênero no campo da Geografia brasileira, buscamos conhecer a produção científica dos diferentes grupos de pesquisa que envolvem em suas reflexões a relação entre espaço e gênero, assim como onde estão localizados esses grupos, quem são as(os) suas(seus) pesquisadoras(es)-líderes (em termo de gênero) e o que estão produzindo sobre a temática. Através do link² dos grupos de pesquisa do “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico” (CNPq) as seguintes palavras-chave foram procuradas: “geografia e gênero”, “mulher”, “gênero”, “feminilidades”, “masculinidades”, “sexualidades”. Foram selecionadas essas palavras-chave devido as possíveis abordagens nos estudos de gênero, dentro e fora da Geografia. Foram encontradas resultados com quase todas as palavras-chave, exceto em “feminilidade” e “masculinidade” não obtivemos resultados, o que seria uma questão a ser averiguada. Dessa forma, a seguir, analisaremos os resultados encontrados com as palavras-chave, “geografia e gênero”, “gênero”, “mulher”, e “sexualidade”, respectivamente.

² <http://www.cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm>

Quadro 1 – Grupos de Pesquisa do CNPq identificados com a palavra-chave “Geografia e Gênero”

GRUPO	LÍDER	INSTITUIÇÃO
1.“As Geografias da Modernidade:Geografia e Gênero – Família e trabalho. 30 Anos de Pesquisa no Agro-Paulista – O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)”	Rosa Ester Rossini	USP
2.“Geografia e Gênero. A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana-de-açúcar no Vale do Rio Pardo. São Paulo-Brasil, no início do século XXI (2000-2012)”	Rosa Ester Rossini	USP
3.“Geografia e Gênero. A Força de Trabalho Feminina no Agro-paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)”	Rosa Ester Rossini	USP
4.“Geografia, Literatura e Arte”	Julio Cesar Suzuki	USP
5.“Geografar- A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”	Guiomar Inez Germani	UFBA
6.“GESSANE- Grupo de Estudos Sistêmicos do SemiÁrido do Nordeste”	Maria Betânia Moreira Amador e Adjair Alves	UPE
7.“Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro”	Augusto Cesar Pinheiro da Silva	PUC-RJ
8.“Gestar:Território, Trabalho e Cidadania”	Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Anieres Barbosa da Silva	UFPB
9.“Grupo de Estudos Territoriais”	Joseli Maria Silva e Marcio Jose Omat	UEPG
10.“Grupo de Pesquisa e Estudos Geográficos”	Wendell Teles de Lima	UEA
11.“Sociedade e Meio Ambiente”	Maria Erlan Inocêncio e Marise Vicente de Paula	UEG
12.“TERRA & SOCIEDADE – Núcleos de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa”	Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e José Antonio Souza de Deus	UFMG

Fonte: Plataforma de dados do CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

- Palavra-Chave “Geografia e Gênero”:

Foram doze (12) grupos de pesquisa encontrados, tendo como líderes oito (8) mulheres³ e sete (7) homens, sendo que em quatro (4) grupos há dois (2) líderes, um de cada sexo, e em um (1) grupo há duas (2) líderes-mulheres. Torna-se assim evidente que o empenho e trabalho referente aos esforços de inserir a categoria gênero nos estudos geográficos são majoritariamente feitos pelas mulheres. Embora a análise de gênero não se restrinja aos estudos sobre mulheres, são elas que, historicamente, tomam frente dos movimentos feministas, dentro e fora da academia.

a) Localização dos Grupos de Pesquisa:

Quando observado o lugar de origem desses grupos, do total dos grupos encontrados, seis (6) estão concentrados na região sudeste do país, três (3) na região nordeste e há um (1) grupo em cada região: norte, sul e centro-oeste. A região sudeste, notoriamente o estado de São Paulo, concentra a maioria dos investimentos nacionais e internacionais para a educação superior pública, dentro dos cursos de geografia nas universidades públicas do mesmo estado, a Universidade de São Paulo concentra a maioria dos grupos nessa região, são quatro (4) grupos de pesquisa, sendo que três (3) são liderados pela mesma pesquisadora. E o estado do Rio de Janeiro aparece com um (1) grupo apenas, em uma universidade particular, a Pontifícia Universidade Católica (PUC). Destaca-se a participação significativa das universidades federais do nordeste - Bahia e Paraíba- e também, da Universidade de Pernambuco. E, logo atrás a Universidade do Estado do Amazonas, a Estadual de Goiás representando a região centro-oeste e a Estadual de Ponta Grossa-PA, na região sul, todas com um (1) grupo de pesquisa cada. Assim, ao analisar a espacialidade da produção acadêmica dos grupos de pesquisa que estudam a temática “geografia e gênero”, evidencia-se a majoritária produção da periferia científica do país, com exceção da USP. Essa situação, segundo as análises de Silva (2011), é desfavorável para o desenvolvimento dos estudos sobre gênero na geografia, pois as universidades de periferia recebem menores recursos para as suas pesquisas, o que dificulta um satisfatório desenvolvimento das pesquisas sobre gênero na geografia, um dos motivos pelos

³ A pesquisadora Rosa Ester Rossini (USP) lidera três grupos de pesquisa.

quais essa temática é pouco divulgada.

b) Tempo de Formação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

Em relação ao tempo de formação das pesquisadoras, a maioria delas concluíram sua graduação na década de 80 em diante, período de renovação da Geografia Cultural e da tímida introdução da categoria gênero nas pesquisas geográficas no Brasil. A relação entre a renovação da geografia cultural e a inserção da categoria gênero na Geografia evidencia-se quando aquela passa a buscar a compreensão dos significados que os diversos grupos sociais – homens, mulheres, homossexuais, etc – constroem no lugar. Assim, pode-se levantar a hipótese de que possivelmente tiveram em sua formação um introdutório contato com esse pensamento nascente no Brasil. Uma consideração importante, que evidencia a majoritária presença de mulheres pesquisadoras na área, é a recente participação dos homens nas pesquisas sobre gênero, datada somente na primeira década do século XXI. Coincidentemente ou não, é a partir da década de 90, primeiramente no âmbito da Geografia anglo-saxã, que as pesquisas sobre masculinidades despontam, assim como o aparecimento do homem como pesquisador dessa temática, no Brasil.

c) Titulação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

Em termos de titulação, dos sete (7) homens-pesquisadores dois (2) não possuem graduação em Geografia, por isso não foram inseridos na análise. Há um (1) pesquisador apenas com o título de mestre, dois (2) possuem o doutorado e os outros dois (2) possuem pós-doutorado, ao lado de quatro (4) pesquisadoras com a mesma titulação, enquanto que as demais, três (3) possuem doutorado e uma única, Rosa Ester Rossini, tem a titulação de livre-docência. Esta explica-se pelo seu maior tempo na acadêmica, e por ser responsável pela introdução dos estudos de gênero na geografia brasileira, de acordo com as argumentações de Silva (2010, p.26), “Devemos destacar a trajetória quase solitária desenvolvida pela geógrafa Rosa Ester Rossini que, desde a década de 80, vem enfocando a exploração da força de trabalho feminina.”

d) Quantidade de produção acadêmica de cada pesquisadora/pesquisador:

E, como último elemento de análise foram levantadas no currículo lattes de cada pesquisadora/pesquisador a produção acadêmica acerca da temática de gênero, em termos de

livros, capítulos de livro, artigos, apresentações de trabalhos em eventos científicos (oral e painel), dissertações, teses e monografias. Entre os grupos de pesquisa encontrados e a produção acadêmica do total de quinze (15) docentes (líderes dos grupos de pesquisa), onze (11) possuem estudos na área de geografia e gênero, desses, apenas três (3) pesquisadoras e um (1) pesquisador tem produção na pós-graduação referentes a temática “geografia e gênero”: Rosa Ester Rossini com o título de livre-docente, Joseli Maria Silva, com pós-doutorado, Marise Vicente de Paula e Marcio Jose Ornat, ambos com doutorado. Com relação as demais pesquisadoras que não tem nenhuma publicação na área de geografia do gênero, são elas Maria Erlan Inocêncio (UEG) e Maria Betânia Moreira Amador (UPE), isso aconteceu pois o grupo de pesquisa que são líderes tem também mais uma pessoa líder, que no primeiro caso, trabalha com abordagem de gênero em suas pesquisas. E os dois (2) pesquisadores líderes de grupo, Adjair Alves e José Antonio Souza de Deus, que não são graduados em Geografia e também não tem nenhuma publicação na área de geografia e gênero.

A geógrafa Joseli Maria Silva líder do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da UEPG, é a que mais produz estudos sobre geografia e gênero no Brasil⁴. São quatro (4) recentes livros organizados pela pesquisadora, três (3) datados de 2011 e um (1) de 2009, alguns capítulos de livros e inúmeros artigos, com variações diversas: os artigos com titulação da palavra “sexualidades” são de grande maioria, logo vem a significativa produção sobre o pensamento geográfico-feminista, que a torna protagonista nesta área do conhecimento, depois temas como prostituição, feminino, espaço urbano, espaço escolar e gênero, masculinidades, perspectiva queer, aparecem em maiores proporção, respectivamente. A maioria desses trabalhos é referente ao lugar que realiza suas pesquisas, a cidade de Ponta Grossa-PA, com os temas relacionados ao espaço urbano e gênero e prostituição, em destaque. A pesquisadora também atua desde 2006 em uma Organização não governamental - “Grupo Renascer” na cidade de Ponta Grossa-PR, onde trabalha com a questão das sexualidades dos sujeitos, como travestis e prostitutas.

Em seguida, aparece a pesquisadora Rosa Ester Rossini, pioneira dos estudos de gênero, em específico na geografia agrária. Rosa deu ênfase à mulher em seus estudos sobre a força de trabalho no campo, produzindo assim a sua tese de livre-docência com o título “A mulher na lavoura canavieira paulista.”, no ano de 1988, pela Universidade de São Paulo (USP).

⁴ Não consideramos nos dados seu último livro publicado este ano: “Malditas Geografias: corpos, sexualidades e espaço.” (SILVA, ORNAT & JUNIOR, 2013).

Desenvolveu produções dentro da área de educação e igualdade de gênero, gênero e meio ambiente, mas sua maior contribuição foi acerca dos estudos da força de trabalho feminina no campo.

Com um total de vinte e seis (26) artigos e uma monografia sob orientação do pesquisador Alecsandro José Prudêncio Ratts, a geógrafa Marise Vicente de Paula representa a região centro-oeste, no grupo de pesquisa “Sociedade e Meio Ambiente”, em suas pesquisas que abordam dentro da análise de gênero questões variadas, sempre trabalhando com a categoria mulher: aspectos de raça, de sexualidade e da cultura local, como a congada.

Com publicações apenas em forma de artigo, aparece a pesquisadora Maria Ap. dos Santos Tubaldini (UFMG), que aborda questões do trabalho da mulher em comunidades tradicionais e também as pesquisadoras Guiomar Inez Germani (UFBA) e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB): a primeira na temática da geografia agrária e a segunda, escreveu sobre uma geógrafa portuguesa.

Em relação as produções dos pesquisadores, Marcio Jose Ornat, embora de formação mais recente, foi quem mais publicou: três (3) livros juntos com Joseli Maria Silva e Alides B. Chimin Junior, treze (13) capítulos de livros e sessenta e três (63) artigos e apresentação de trabalhos. Estuda a territorialidade da prostituição travesti no espaço urbano, na cidade de Ponta Grossa-PR. É líder do mesmo grupo que a pesquisadora Joseli Maria Silva, sua orientadora no mestrado.

Logo depois aparece o pesquisador Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ) com publicações de livros e capítulos de livros em parceria com a pesquisadora Joseli Maria Silva. Nota-se que ambos, embora a distância física que os separam – Paraná e Rio de Janeiro – fazem um trabalho em conjunto, visto por exemplo, o evento acadêmico que organizaram no ano de 2011, na PUC-RJ, intitulado “I Seminário Latino-Americano de Geografia e Gênero: Espaço, Gênero e Poder”. Seus únicos dois (2) artigos publicados trazem como temática a educação geográfica e suas questões de gênero.

Destacam-se três (3) publicações de artigos de Julio Cesar Suzuki (USP), que aborda o papel da mulher em comunidades tradicionais. O pesquisador Wendell Teles de Lima (UEA), com um (1) único artigo publicado em conjunto com mais dois pesquisadores, intitulado “O Entendimento da Construção da Sexualidade: uma perspectiva geográfica”. E por fim, o pesquisador Anieres Barbosa da Silva (UFPB) publicou apenas um (1) capítulo de livro trabalhando o conceito de mulher.

Quadro 2 – Grupos de Pesquisa do CNPq identificados com a palavra-chave “Gênero”

GRUPO	LÍDER	INSTITUIÇÃO
1. “As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero – Família e trabalho. 30 Anos de Pesquisa no Agro-Paulista – O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)”	Rosa Ester Rossini	USP
2. “Geografia e Gênero. A Força de Trabalho Feminina no Agro-paulista. O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)”	Rosa Ester Rossini	USP
3. “Geografia e Gênero. A força de trabalho na expansão e nos novos caminhos da cana-de-açúcar no Vale do Rio Pardo. São Paulo-Brasil, no início do século XXI (2000-2012)”	Rosa Ester Rossini	USP
4. “Geografia, Literatura e Arte”	Julio Cesar Suzuki	USP
5. “Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro”	Augusto Cesar Pinheiro da Silva	PUC-RJ
6. “TERRA & SOCIEDADE – Núcleos de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura	Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e José Antonio Souza de Deus	UFMG
7. “Geografar- A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”	Guimar Inez Germani	UFBA
8. “GESSANE- Grupo de Estudos Sistêmicos do SemiÁrido do Nordeste”	Maria Betânia Moreira Amador e Adjair Alves	UPE
9. “Gestar: Território, Trabalho e Cidadania”	Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e Anieres Barbosa da Silva	UFPB
10. “Grupo de Estudos Territoriais”	Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat	UEPG
11. “Grupo de Pesquisa e Estudos Geográficos”	Wendell Teles de Lima	UEA
12. “Sociedade e Meio Ambiente”	Maria Erlan Inocêncio e Marise Vicente de Paula	UEG
* 13. “Território, Espaço e Movimentos Sociais”	Ana Roberta Duarte Piancó	URCA
* 14. “Espacialidades e identidades raciais, étnicas e de gênero”	Alecsandro José Prudêncio Ratts e Marise Vicente de Paula	UFG
* 15. “Lux Festas- Festas Populares”	Carlos Eduardo Santos Maia e João Guilherme da Trindade Curado	UFG
* 16. “Meio Ambiente Costeiro-GPMAC”	Niédja Maria Galvão Araújo e Oliveira	UPE
* 17. “Núcleo de Análises Urbanas”	Cesar Augusto Avila Martins e Paulo Roberto Rodrigues Soares	FURG
* 18. “Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo”	Carlos Alberto Póvoa	UFTM

*São grupos de pesquisa que aparecem apenas nesse quadro.

Fonte: Plataforma de dados do CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

- Palavra-chave “Gênero”:

A segunda investigação realizada foi referente a palavra-chave “gênero”, com a qual se encontrou o maior número de grupos de pesquisa até então: dezoito (18). Nos quais a relação entre o sexo das e dos líderes de pesquisa é desigual, tendo treze (13) homens e dez (10) mulheres.⁵ Embora o número de homens líderes seja maior que a quantidade de mulheres, três (3) deles não são graduados em Geografia, logo não foram incluídos nas minhas análises e seis (6), não apresentam nenhuma publicação dentro da temática. Lembrando que existem grupos liderados por homens e mulheres juntos, grupos liderados por duas (2) mulheres ou por dois (2) homens e grupos com apenas um (1) líder, homem ou mulher.

a) Localização dos Grupos de Pesquisa:

Quanto ao lugar de origem dos grupos, a região sudeste concentra a maioria dos grupos, no total de sete (7), nos quais quatro (4) estão na USP – sendo três (3) grupos liderados por uma só pesquisadora – e os demais, dois (2) no estado de Minas Gerais e um (1) no Rio de Janeiro; em seguida aparece a região nordeste, com cinco (5) grupos de pesquisa; a região sul e centro-oeste com três (3) grupos cada e, por último, a região norte aparece com apenas um (1) grupo de pesquisa.

b) Tempo de Formação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

No tocante ao tempo de formação, das dez (10) mulheres líderes dos grupos de pesquisa, quatro (4) se formaram entre a década de 60 e 70 e cinco (5) delas, nas décadas de 80 e 90, e apenas uma tem a formação mais recente datada da primeira década desse século. Quanto aos dez (10) homens-pesquisadores, possuem tempo de formação aproximado: cinco (5) terminaram sua graduação no fim da década de 80, três (3) se formaram no início da década de 90, e os outros dois (2) pesquisadores tiveram uma formação no início do presente século.

⁵ A pesquisadora Rosa Ester Rossini concentra três grupos de pesquisa sobre sua coordenação. E a pesquisadora Marise Vicente de Paula está em dois grupos de pesquisa diferentes.

c) Titulação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

Em relação a titulação das pesquisadoras, uma pesquisadora possui livre-docência, três (3) têm pós-doutorado, cinco (5) possuem doutorado, e, uma com mestrado. Já os homens, dois (2) possuem pós-doutorado e oito (8) tem a titulação de doutor. É interessante averiguar que mesmo com uma formação mais recente em relação as mulheres – eles, em sua maioria, no final da década de 80 e início da década de 90 e a maioria delas, entre a década de 60 e 70 e início da década 80 - os homens que estudam gênero na geografia, em sua maioria, possuem titulação mais elevada, consolidando assim um quadro de desigualdade em termos de formação acadêmica. São duas as consideráveis explicações para essa desigualdade: a estrutura sexista de poder nas universidades e a sobrecarga de trabalho das mulheres que tentam conciliar o trabalho doméstico com o profissional. Assim, para entender essa dificuldade encontrada pelas mulheres de concluir a pós-graduação, e consolidar um empoderamento nas organizações acadêmicas, é preciso investigar o seu contrário, isto é, a estrutura responsável por criar essas barreiras, além de torná-las algo natural, desprovido de questionamentos e transformações. A organização interna das universidades constrói-se de acordo com os interesses de quem a compõem, mediante forças dissonantes de poder que se concentram em controle dos homens, sujeito historicamente detentor das regras desse espaço.

d) Qualificação Profissional das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

Outro elemento a ser considerado quanto a desigualdade entre os gêneros em relação a qualificação profissional, diz respeito a conciliação que as mulheres precisam fazer – dentro de uma sociedade capitalista e patriarcal - do trabalho produtivo (profissional) e do trabalho reprodutivo, realizado no espaço doméstico. Ao serem introduzidas no mercado de trabalho, as mulheres passam a acumular funções, pois continuaram a serem as únicas responsáveis pelo serviço do lar, herança patriarcal arraigada nos hábitos cotidianos. E como uma das muitas consequências prejudiciais, elas apresentam grandes dificuldades em realizar de maneira satisfatória as atividades profissionais, como apresentado na análise acima.

e) Quantidade de produção acadêmica de cada pesquisadora/pesquisador:

Quando analisadas as produções acadêmicas das mulheres-pesquisadoras, averiguamos que quatro (4) delas não possuem publicação alguma na área: Maria Betânia Moreira Amador,

Maria Erlan Inocência, Ana Roberta Duarte Piancó e Niédja Maria Galvão Araújo e Oliveira. Uma possível explicação seria que outros membros desses grupos estariam produzindo trabalhos em geografia do gênero, visto por exemplo que uma linha de pesquisa do grupo de Ana Roberta Duarte Piancó é intitulada “Sociedade, Ensino, Gênero e Reforma Agrária.” Das demais, destacam-se novamente as pesquisadoras Rosa Ester Rossini (USP), Joseli Maria Silva (UEPG) e Marise Vicente de Paula (UEG), que mais tem produções, desde vários artigos científicos à teses de doutorado. Em seguida aparecem as pesquisadoras Maria Ap. dos Santos Tubaldini (UFMG), Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB) e Guiomar Inez Germani (UFBA), todas citadas anteriormente no quadro 1.

Quanto a produção científica dos pesquisadores, serão agora apresentados as temáticas dos trabalhos de Alecsandro José Prudêncio Ratts (UFS) e de Paulo Roberto Rodrigues Soares (FURG), já que os demais, Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ), Marcio Jose Ornat (UEPG), Julio Cesar Suzuki (USP), Anieres Barbosa da Silva (UFPB) e Wendell Teles de Lima (UEA) já tiveram suas publicações apresentadas nesse trabalho, e os outros seis (6) pesquisadores não tem publicações na área e/ou não tem graduação em geografia, são eles: César Augusto Avila Martins, Carlos Eduardo dos Santos Maia, Carlos Alberto Póvoa, João Guilherme da Trindade Conrado, Adjair Alves e José Antonio Souza de Deus. As produções científicas de Alecsandro José Prudêncio Ratts são dois (2) capítulos de livros, um deles publicado no livro organizado por Joseli Maria Silva, Marcio José Ornat e Alides Baptista Chimin e o outro, está no livro “Homossexualidade sem fronteiras: olhares”. No total são vinte e dois (22) artigos, que no geral abordam as temáticas de raça e gênero, dando visibilidade as espacialidades das mulheres negras. E, por fim, o pesquisador Paulo Roberto Rodrigues Soares (FURG) tem apenas dois (2) artigos publicados, ambos tratam a categoria gênero em uma análise cultural.

Quadro 3 – Grupos de Pesquisa do CNPq identificados com a palavra-chave “Mulher”

GRUPO	LÍDER	INSTITUIÇÃO
1. “Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo”	Carlos Alberto Póvoa	UFTM
2. “TERRA & SOCIEDADE- Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa”	Maria Aparecida dos Santos Tubaldini e Jose Antonio Souza de Deus	UFMG

Fonte: Plataforma de dados do CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

- Palavra-chave “Mulher”:

Com a palavra-chave “mulher”, encontramos nos dados do CNPq apenas dois (2) grupos de pesquisa, são eles: o “Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo” e o “TERRA & SOCIEDADE – Núcleo de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa.” O primeiro é liderado por um homem e o segundo, por uma mulher e por um homem, embora esse não tenha graduação em Geografia, dessa maneira, não foi analisado nesse trabalho.

a) Localização dos Grupos de Pesquisa:

Ambos estão localizados na região Sudeste do país, em específico no estado de Minas Gerais, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro e na Federal de Minas Gerais, respectivamente.

b) Tempo de Formação e Titulação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

De acordo com o tempo de formação e titulação da pesquisadora e do pesquisador, a primeira concluiu sua graduação no final da década de 70 e possui a titulação de pós-doutorado, já o pesquisador Carlos Alberto Póvoa, se formou no início da década de 90 e possui apenas o doutorado.

c) Quantidade de produção acadêmica de cada pesquisadora/pesquisador:

No âmbito de suas publicações, o pesquisador não possui nenhuma na temática “mulher”, o que nos é indagante, pois como um líder do grupo de pesquisa encontrado nos dados do CNPq através da palavra-chave “mulher”, não tem trabalhos publicados na área? Apenas a pesquisadora possui trabalhos na área, com onze (11) artigos na temática de mulher e comunidade tradicional, datados do final da primeira década desse século em diante, isto é, são trabalhos recentes em relação ao tempo de formação da pesquisadora, o que nos induz a afirmar que as abordagens iniciais de gênero na geografia não a influenciou de maneira direta, vindo a construir um grupo de pesquisa que trata das questões de gênero e o mundo rural apenas a partir de 2007.

Com esses dados percebemos que a categoria mulher é pouco expressiva nos grupos de pesquisas em geografia, visto a pequena quantidade de grupos e os poucos trabalhos publicados por eles. O que não significa afirmar que a análise de gênero focando a questão da mulher seja pouco expressiva na geografia do gênero como um todo, visto que essa pesquisa se restringiu apenas aos dados do CNPq e que nesses dados, provenientes das demais tabelas, existem indícios de maior número de trabalhos que abordam a questão específica da mulher⁶. Assim, ao observarmos as recentes publicações desses artigos acerca da temática mulher, concluímos que embora as análises científico-feministas desenvolveram-se a partir da concepção da categoria gênero, ainda encontramos trabalhos que tomam a “mulher” como categoria de análise, o que representa um perigo, pois sabemos que essa categoria apresenta-se como essencializada a partir da diferença biológica, ao passo que os estudos de gênero vão além, abarcando assim a dimensão social e cultural da diferença sexual.

Quadro 4 – Grupos de Pesquisa do CNPq identificados com a palavra-chave “Sexualidade”

GRUPO	LÍDER	INSTITUIÇÃO
*1. “Espacialidades, Territorialidades e Gênero”	Alides Baptista Chimin Junior	Unicentro
2. “Grupo de Estudos Territoriais”	Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat	UEPG

*Esse grupo de pesquisa aparece apenas nesse quadro.

Fonte: Plataforma de dados do CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

- Palavra-Chave “Sexualidade”:

E por fim, nos resultados obtidos com a inserção da palavra-chave “sexualidade” no link do CNPq, encontramos apenas dois (2) grupos de pesquisa, intitulados: “Espacialidades, Territorialidades e Gênero” e “Grupo de Estudos Territoriais”. O primeiro é liderado por Alides Baptista Chimin Junior, e o segundo por Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat.

⁶ Como veremos nos gráficos no capítulo a seguir.

a) Localização dos Grupos de Pesquisa:

Ambos se localizam em universidades da região sul do país, respectivamente, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e na Universidade Estadual de Ponta Grossa- PR (UEPG).

b) Tempo de Formação e Titulação das(os) Pesquisadoras/Pesquisadores:

A pesquisadora tem a formação mais antiga, datada do final da década de 80, já os dois (2) pesquisadores, ambos terminaram sua graduação na primeira década desse século. Quanto as suas titulações, a pesquisadora já possui pós-doutorado, o pesquisador Marcio Jose Ornat possui doutorado e Alides Baptista Chimin Junior tem apenas mestrado e atualmente está com o doutorado em andamento, os dois pesquisadores sob orientação de Joseli Maria Silva. No mestrado, no ano de 2009, Alides Baptista Chimin Junior trabalhou a problemática de adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei na cidade de Ponta Grossa-PR, tema esse desenvolvido na maioria de suas publicações, em um total de nove (9) artigos, dois (2) capítulos de livros e dois (2) livros publicados em parceria com Joseli Maria Silva e com Marcio Jose Ornat. E em seu doutorado que está em andamento, abordará a participação das mulheres na dinâmica eleitoral da região sul do país.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM GEOGRAFIA E GÊNERO

Buscamos até aqui conhecer os grupos de pesquisa, as características acadêmicas de suas/seus respectivas (os) líderes, seus trabalhos, envolvendo as discussões em torno da categoria gênero nas pesquisas da geografia. Assim, sem a pretensão de encerrar a discussão, há observações a serem apontadas.

São as geógrafas as principais responsáveis pelo empenho de dar visibilidade as discussões de gênero na geografia brasileira, liderando a maioria dos grupos de pesquisa, como também se apoderando da responsabilidade de publicizar a análise de gênero na compreensão do espaço. Embora a adoção da perspectiva feminista não deva ser associada a percepção imediata dos corpos que produzem o conhecimento, pois como exposto nos dados e análises acima, há homens que veem trabalhando na perspectiva de gênero. A protagonização das mulheres em relação aos estudos de gênero na geografia brasileira também pode ser entendida como uma forma de luta e resistência a sua própria invisibilidade, como produtora e produto do saber. Assim, compreender as problemáticas espaciais através da análise de gênero nada mais é também que se munir dessa categoria analítica como um instrumento político a fim de minar com as desigualdades hierárquicas construídas nas relações sociais de gênero. Concluimos com as palavras de Susana M. Veleza da Silva (2011):

Penso que este é o papel dos (as) pesquisadores (as) e dos (as) professores (as), fazer perguntas consideradas inconvenientes por sociedades que tendem ao pensamento único e, através delas, romper hegemonias e propor novas alternativas. (SILVA, 2011, p.164)

Observamos através do mapeamento dos grupos de pesquisa aqui levantados e da quantidade de produções das(os) pesquisadoras(es) líderes dos grupos, que embora a região sudeste apresente grande parte dos grupos de pesquisa, (ressaltando que do total três são liderados pela mesma pesquisadora) o grupo e suas/seus respectivas(os) pesquisadoras(es) que mais veem produzindo acerca da temática de gênero na geografia localiza-se na região sul do país. Nessa região está a pesquisadora que mais tem produções científicas na área, a Joseli Maria Silva da UEPG, logo depois na região norte aparecem as produções da pesquisadora

Maria das Graças Silva Nascimento Silva⁷, na região sudeste há os trabalhos da pesquisadora Rosa Ester Rossini da USP e na região centro-oeste as publicações da geógrafa Marise Vicente de Paula. Em seguida, temos as produções dos homens, que em ordem de grandeza, aparece novamente a região sul representada pelos pesquisadores Marcio Jose Ornat também da UEPG e Alides Baptista Chamin Junior, da UNICENTRO, ambas no estado do Paraná, em seguida a região centro-oeste com as produções de Alecsandro José Prudêncio Ratts da UFG e, por fim, a região sudeste, com o pesquisador Augusto Cesar Pinheiro da Silva da PUC-RJ. Assim concluímos que a maior parte dos estudos sobre gênero na geografia é produzida nas universidades periféricas do país, o que pode vir a prejudicar o satisfatório desenvolvimento desse campo de pesquisa, pois sabemos que essas universidades ficam com a menor parte do bolo distribuído para o ensino superior público, que se concentra na região sudeste.

Quando analisamos os períodos que esses trabalhos foram publicados, evidenciam-se assim as dificuldades de dar visibilidade a esse tema dentro da geografia brasileira, pois a maior parte das publicações é datada do final da primeira década do século XXI, e há apenas cinco trabalhos de pós-graduação: uma livre-docência, um pós-doutorado, dois doutorados e um mestrado, embora desde a década de 70, a geógrafa Rosa Ester Rossini (USP) vem se esforçando para introduzir na geografia o recorte de gênero na compreensão do espaço geográfico.

⁷ Seu grupo de pesquisa não apareceu em nossos dados do CNPq, embora seja um grupo vinculado a essa instituição. Assim, como trata-se de um grupo ativo na construção da geografia do gênero, resolvemos contemplá-lo no mapa abaixo.

Figura 1: Grupos de pesquisa do CNPq⁸ por gênero das lideranças

* A UPE e a UFG possuem dois grupos de pesquisa sobre Gênero cada.
 ** A USP possui quatro grupos de pesquisa sobre Gênero

Elaboração: Bruno Zucherato.

⁸ Entre os grupos de pesquisas selecionados através da plataforma do CNPq, já apresentado nesse trabalho, tomamos a liberdade de acrescentar um grupo que embora não aparece nesses dados, constitui-se como uma importante referência para a Geografia do Gênero. Trata-se do grupo “Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPGENERO”, que tem como pesquisadora líder Maria das Graças Silva Nascimento Silva, da Universidade de Rondônia (UNIR).

4.1) As abordagens de gênero no discurso geográfico

Após o levantamento e análise das produções das(os) pesquisadoras(es) líderes dos grupos de pesquisa vinculados ao CNPq, houve-nos a necessidade de classificar todas esses trabalhos de acordo com o recorte da análise que fazem dentro da grande área na geografia do gênero. Porém, no decorrer do trabalho encontramos geógrafas que veem trabalhando com a categoria gênero e que não apareceram nos dados levantados no CNPq. Através de leituras e de participação em eventos descobrimos que são pesquisadoras renomadas na área, assim resolvemos incluir nessas análises as produções de mais três geógrafas, são elas: Susana Maria Veleda da Silva (FURG), Maria Franco Garcia (UFPB) e Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UFRO)⁹.

Assim, classificamos os recortes de gênero em sete grupos, são eles: mulher; femilidades; homem; masculinidades; homossexualidades; travestilidades, transsexualidades e sexualidade. Os critérios para classificar toda a produção de cada pesquisadora/pesquisador foram feitos através da leitura, no decorrer do trabalho, de alguns artigos, por meio da titulação dos mesmos e o caráter do evento que foram publicados.

Gráfico 1: Produção científica segundo as diferentes abordagens da categoria gênero

Fonte: Plataforma Lattes-CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

⁹ Essa última é a única das três pesquisadoras que é líder de um grupo de pesquisa.

Quando analisada a temática dessas produções, observa-se que o enfoque dos estudos em Geografia do Gênero está sobre a problemática da mulher e da feminilidade, visto que aparecem em maiores proporções e em todas as regiões do país, com destaque para as regiões sudeste e sul, respectivamente. Evidenciando assim que a maior parte dos grupos de pesquisa levantados nesse trabalho abordam em suas análises a questão da mulher e do feminino. Com destaque para a região nordeste, que concentra a maioria de seus estudos apenas nessas duas abordagens, apresentando maior proporção nos estudos sobre a categoria mulher. Em concomitante, estão os estudos sobre a “travestilidade”, que aparece em grande escala apenas na região sul, através dos esforços do pesquisador Marcio José Ornat que veem realizando pesquisas sobre a espacialidade dos travestis na cidade de Ponta Grossa- PR. As abordagens na masculinidade e na homossexualidade também merecem destaque, embora apareçam em menor proporção, estão em três regiões - Sudeste, Centro-Oeste e Sul- das quais, a região Sul é a que mais apresenta trabalhos publicados com essas abordagens.

Observamos assim, que a maioria dos estudos geográficos que trazem em sua análise a categoria gênero permanece focando majoritariamente o sujeito mulher em suas abordagens, embora, desde a década de 90, a categoria gênero tenha sofrido modificações consideráveis no campo das Ciências Sociais, englobando em suas análises o entendimento relacional entre os sexos, interseccionando o gênero com outras categorias, como classe social, etnia, religiosidade, etc. Uma hipótese a ser considerada é que os estudos de gênero na Geografia brasileira são recentes, datando seu princípio na década de 80, porém seu auge de produções e consolidação de grupos de pesquisa acontece na primeira década do presente século. Os trabalhos que abordam assuntos referentes a questão da sexualidade e suas especificidades, como homossexualidade, travestilidades e transsexualidades, são temas recentes nos estudos de gênero da geografia brasileira e em síntese, se concentram nos trabalhos da região sul, onde se encontra o GETE, grupo de estudos que dentro da geografia do gênero vem se aprofundando nas questões sobre sexualidades. Embora, os trabalhos com essas abordagens apareçam também em outras regiões, como no sudeste, norte e centro-oeste, exceto nessa última, são artigos pontuais, não representando uma singularidade dos estudos da região. Pontuei a exceção da região centro-oeste, pois o pesquisador Alecsandro José Prudêncio Ratts da Universidade Federal de Goiás vem contribuindo em dar visibilidade aos grupos homossexuais- em específico, os pertencentes a etnia negra, com publicações em capítulo de livro e artigos.

E, por fim, como anteriormente pontuado, os trabalhos provenientes da região sul merecem destaque, pois lá encontram-se produções de todas as abordagens de gênero

levantadas nesse trabalho – mulher, feminilidades, homem, masculinidades, sexualidade, homossexualidade, transsexualidade e travestilidade. Dando evidência a essas duas últimas abordagens que aparecem apenas nessa região. Grande parte desse quadro é resultado dos esforços realizados pelas(os) pesquisadoras(es) do GETE que se dedicam em contemplar as várias abordagens de gênero, com evidência para as pesquisas referentes às travestilidades, assunto bastante discutido no grupo, inclusive tema do último livro organizado pela Joseli Maria Siva, Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior, intitulado “Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços.” Dessa forma, o GETE mostra-se um grupo combativo e corajoso, pois em meio a toda censura e preconceito acadêmicos, principalmente com os temas de homossexualidade, buscam romper essas dificuldades e contribuir para a construção de uma imagem social desses sujeitos marginalizados dentro e fora da universidade.

Gráfico 2: Produção científica segundo a área de abordagem geográfica

Fonte: Plataforma Lattes-CNPq; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

Em concomitante com a análise anterior, classificamos cada trabalho publicado nas diferentes áreas da geografia, são elas: pensamento geográfico; geografia política; geografia cultural; urbana; geografia do trabalho; educação e geografia agrária. Essa divisão específica fora feita com o apoio das leituras prévias de algumas dessas publicações e também, através da análise do currículo lattes de cada pesquisadora/pesquisador, observando a titulação dos trabalhos publicados. A necessidade dessa classificação surgiu pois percebemos no decorrer do trabalho que havia grande variação metodológica nas abordagens das(os) pesquisadoras(es) e também porque compreendemos a importância de saber a partir de qual perspectiva de análise esses trabalhos estão sendo produzidos na geografia. Assim, no gráfico 2 agrupamos as(os) pesquisadoras(es) de acordo com as regiões brasileiras de localização de suas universidades, mostrando exatamente a quantidade de produções (livros, capítulos de livros, artigos, apresentações de trabalhos – painel e oral - monografia, dissertação e tese) em cada área de análise geográfica.

Observamos que há novamente um protagonismo nos estudos realizados na região sul do país, pois existem trabalhos publicados em todas as áreas da geografia, aqui analisadas. A área de geografia cultural e de geografia agrária são as únicas que aparecem em todas as regiões, como também representam as maiores publicações, respectivamente. Os estudos com abordagem cultural se concentram na região centro-oeste, em específico os trabalhos do pesquisador Alecsandro José Prudêncio Ratts (UFG) que aborda as questões da cultura negra e catalã no estado de Goiás. Em seguida, aparece a região sudeste, tendo a maior parte dos estudos na área da geografia cultural realizada pela pesquisadora mineira Maria Aparecida dos Santos Tubaldini que toma como estudo de caso comunidades tradicionais, em específico, as quilombolas. Depois, já em menor proporção estão os estudos provenientes da região sul, com trabalhos feitos por Joseli Maria Silva, Susana Maria Veleza da Silva, Alides Baptista Chimin Junior e Marcio Ornat. E por fim, aparecem as regiões norte e nordeste com trabalhos pontuais na área. Já na perspectiva da geografia agrária a região nordeste aparece com o maior número de trabalhos, tendo as produções da geógrafa María Franco Garcia como de grande responsabilidade. Logo atrás, os estudos da região sudeste, realizados por Rosa Ester Rossini com seu trabalho sobre a mão de obra volante feminina na agricultura da cana de açúcar no interior paulista e os estudos provenientes da região norte, com as publicações de Maria das Graças Silva. E, por fim, com pouquíssimos trabalhos, aparecem as regiões sul e centro-oeste. Essa característica específica do campo da geografia agrária pode-se explicar pela espacialidade da maior parte das pesquisas, centradas na produção do espaço agrário (lugar e

foco desses estudos). E a abordagem cultural apresenta uma importância fundante no processo de visibilidade dos estudos de gênero, sendo a porta de entrada desses estudos na Geografia, embora tais estudos – como vimos pelos dados- não se restringem a dimensão cultural.

Os trabalhos na área de geografia urbana estão mais notoriamente concentrados na região sul, esforço que pode ser atribuído as pesquisas do grupo GETE e a pesquisadora Susana Maria Veleda da Silva, pois ambos trabalham na perspectiva do espaço urbano. Ainda essa perspectiva, as regiões centro-oeste e sudeste também aparecem, porém com poucos trabalhos, não podendo ser considerada uma característica dos estudos desses lugares. Assim como os estudos na área do pensamento geográfico, são trabalhos realizados pelas geógrafas Joseli Maria Silva e por Susana Maria Veleda da Silva, que, juntamente com a pesquisadora da região norte, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, são as que se empenham no trabalho de contextualizar, entender, analisar a geografia do gênero dentro da história do pensamento geográfico brasileiro.

Os estudos de gênero relacionados ao contexto educacional, assim como a área de geografia política, não são de grande expressividade nos trabalhos geográficos aqui coletados e analisados. Os estudos da região sul são os únicos a trabalharem na perspectiva da geografia política, ainda assim não podemos considera-los como sendo de expressividade do lugar. Já as pesquisas voltadas a área de educação e gênero aparece com mais trabalhos. Na região sudeste, a pesquisadora Rosa Ester Rossini (USP) contribuiu para essa discussão entre o final do século XX e a primeira década do presente século, entre seus trabalhos apontamos a produção de uma cartilha orientada a professoras e professores da rede básica de ensino, intitulada “Ensino e Educação na Adolescência com igualdade de gênero”. Como também o pesquisador Augusto César Pinheiro da Silva (PUC-RJ), com dois trabalhos publicados na área, no final da primeira década do século XXI. Em seguida, com trabalhos pontuais estão as pesquisas de Joseli Maria Silva, da região sul e Alecsandro José Prudêncio Ratts, da região centro-oeste.

Pela perspectiva da geografia do trabalho há muitas publicações, principalmente na região sudeste, com a pesquisadora Rosa Ester Rossini que realizou uma pesquisa sobre a força de trabalho feminina na agricultura canavieira com duração de quase três décadas. Tema esse abordado em sua tese de livre docência, em 1988. As regiões sul e nordeste também aparecem com grande força nessa área, com as pesquisadoras Susana Maria Veleda da Silva e María Franco Garcia, respectivamente. Ambas usam do aporte teórico-metodológico a dialética marxista, a primeira pesquisa a temática da população e trabalho dando ênfase nas relações de gênero, problemática abordada em seu mestrado e doutorado, como também em seus projetos

de pesquisa. E, por fim, a pesquisadora María Franco Garcia que é membro e coordenadora do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (Unesp), na seção da Universidade Federal da Paraíba, aborda em seus estudos as questões agrárias, focando nos movimentos sociais de luta pela terra questões referentes ao trabalho da mulher, que em sua perspectiva é um sujeito multidimensional, tema presente em seu doutorado e em projetos de pesquisa.

Figura 2: Produção acadêmica em Geografia e Gênero por região brasileira

Elaboração: Bruno Zucherato.

Quadro 5 – Produção acadêmica por pesquisadora/pesquisador

PESQUISADOR(A)	PRODUÇÃO ACADÊMICA					
	LIVRO	CAPÍTULO DE LIVRO	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	TESE	MONOGRAFIA
1. Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ)	1	1	2	-	-	-
2. Guiomar Inez Germani (UFBA)	-	-	1	-	-	-
3. Joseli Maria Silva (UEPG)	4	12	69	-	1	-
4. Julio Cesar Suzuki (USP)	-	-	3	-	-	-
5. Maria Ap. dos Santos Tubaldini (UFMG)	-	-	11	-	-	-
6. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)	-	-	1	-	-	-
7. Rosa Ester Rossini (USP)	4	6	17	-	1	-
8. Wendell Teles de Lima (UEA)	-	-	1	-	-	-
9. Alessandro José Prudêncio Ratts (UFG)	-	2	22	-	-	-
10. Alides Baptista Chimin Junior (UNICENTRO)	2	2	9	-	-	-
11. Susana Maria Veleda da Silva (FURG)	-	3	18	1	1	-
12. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UFRO)	-	4	29	-	1	-
13. Maria Franco Garcia (UFPB)	-	1	26	-	1	-
14. Marise Vicente de Paula (UFG)	-	-	26	-	1	-
15. Anieres Barbosa da Silva (UFPB)	-	1	-	-	-	-
16. Marcio Jose Ornat (UEPG)	3	13	63	1	1	1
17. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)	-	-	2	-	-	-

Fonte: Plataforma do Currículo Lattes; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

5. AS VOZES FEMINISTAS DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A fim de dar visibilidade as vozes femininas e feministas da geografia brasileira, buscamos ouvir algumas das geógrafas já presentes nos dados desse trabalho e que se dispuseram a responder o questionário. Dessa forma, elaboramos um questionário organizado em informações gerais e específicas, visto as características individuais das pesquisas realizadas por elas. As questões gerais abordam assuntos referentes as influências científicas que elas tiveram desde o início de suas pesquisas, assim como as dificuldades encontradas para realizarem seus trabalhos dentro e fora da academia. Visto o pequeno número de trabalhos internacionais publicados em português, questionamos se esse esforço se traduz realmente em uma necessidade, e se, de fato, pode-se afirmar sobre a existência de uma Geografia Feminista Brasileira. E, por fim, procuramos saber um pouco mais sobre o trabalho que realizam em seus grupos de pesquisa. As geógrafas aqui entrevistadas são algumas das quais já abordamos nesse trabalho, porém critérios como a expressividade de seus trabalhos dentro da área da geografia do gênero e o tempo de duração de suas pesquisas, foram levados em consideração. Tentamos também dar espaço para geógrafas de diversas regiões brasileiras, assim, exceto o centro-oeste, todas as regiões foram aqui representadas: a região nordeste com María Franco Garcia, a região norte com Maria das Graças Silva Nascimento Silva, a região Sudeste com Rosa Ester Rossini e a região sul, com Joseli Maria Silva e Susana Maria Veleda da Silva. Ressaltando que sendo fiel a um dos objetivos desse trabalho, optamos por dar voz e espaço as mulheres que dentro da geografia estão trabalhando na perspectiva do gênero.

- Susana Maria Veleda da Silva:

A pesquisadora-feminista Susana Maria Veleda da Silva, leciona e produz conhecimento na Universidade Federal do Rio Grande, é membro do grupo de pesquisa Núcleo de Análises Urbanas (NAU), no qual trabalha na linha de pesquisa intitulada “Trabalho, Território, Cultura e Gênero” e também compõe o Grupo de Investigación de Geografía y Género (UAB), porém não exerce a função de líder em nenhum desses grupos.

- Maria das Graças Silva Nascimento Silva:

A pesquisadora Maria das Graças Silva Nascimento Silva, leciona e produz conhecimento na Universidade Federal de Rondônia, é membro e líder do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero-GEPGENERO”. No curso de Geografia em Rondônia, oferece duas disciplinas na área, desde o ano de 2006: *Geografia e*

Gênero no curso de Graduação (optativa) e no Mestrado em Geografia, obrigatória para a linha de pesquisa intitulada “Geografia, Cultura e Relações Sociais de Gênero”¹⁰.

- Joseli Maria Silva:

A geógrafa Joseli Maria Silva trabalha na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR e há dez anos ajudou a formar o atual grupo de pesquisa na qual é líder, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), que vem pesquisando desde a graduação a pós-graduação estudos na geografia do gênero.

- Rosa Ester Rossini:

A professora Rosa Ester Rossini, é livre-docente pela USP, onde lidera o grupo de pesquisa “As Geografias da Modernidade: Geografia e Gênero – Família e trabalho. 30 Anos de Pesquisa no Agro-Paulista – O Exemplo da Agricultura Canavieira na Macro-Área de Ribeirão Preto (SP)”. Ajudou a fundar o “Núcleo de Estudos da Mulher” – USP, junto com Eva Blay, Elisabeth Lobo, Ruth Cardoso, com a intenção de dar visibilidade ao trabalho das mulheres. Participa do grupo de discussão sobre a questão da mulher liderado pela professora Vitoria Gueller, em Pernambuco, assim como é frequentemente requisitada para compor bancas de avaliação de trabalhos de pós-graduação, com a temática da mulher, nos cursos de Geografia, Serviço Social e Sociologia da Universidade de Manaus.

- María Franco Garcia:

A geógrafa espanhola María Franco Garcia participa da Rede Nacional do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e coordena a seção local desse grupo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), campus de João Pessoa, onde leciona atualmente.

Durante sua formação acadêmica (graduação e pós-graduação) todas as geógrafas entrevistadas não tiveram nenhum contato com a temática de gênero. Dessa maneira, com a ausência dos estudos de gênero na graduação em geografia, Susana Maria Velela da Silva fez mestrado na Sociologia.

As influências que tiveram na escolha dos estudos de gênero foram diversas entre as cinco geógrafas entrevistadas. A gaúcha Susana Velela teve como marco do início de seu trabalho

¹⁰ Única linha de pesquisa em Geografia do Gênero na pós-graduação.

dentro da geografia sua participação no “Encontro de Geógrafos da América Latina” (EGAL) no ano de 1997, onde teve o primeiro contato com as geógrafas Maria Dolors Garcia-Ramón, Janice Monk, entre outras, dentro de um encontro não oficial com pesquisadoras interessadas nos estudos de gênero. Foi esse casual encontro que possibilitou Susana a adentrar com seus estudos de gênero na ciência geográfica, assim em 2000 foi fazer o doutorado em Geografia humana com Maria Dolors, e até hoje, participa do Grupo de Investigación de Geografía y Género da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Já a falta de conhecimento da temática de gênero foi o que motivou Maria das Graças, que escolheu trabalhar com esse tema no doutorado, porém foi a falta de conhecimento de sua orientadora que criou dificuldades a ela. Assim, iniciou sua luta pelos estudos de gênero – com enfoque na mulher rural – na geografia em meados de 2001, quando criou o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero. E, em 2008, o grupo incorporou o nome da Geografia, sendo registrado como: “Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero – GEPGENERO”. Para Joseli Maria Silva foi seu trabalho empírico dentro da prefeitura que a fez abrir os olhos para as diferenças de gênero, percebendo que homens e mulheres tem visões e necessidades diferentes sobre o espaço urbano, seu campo de trabalho na época. Assim, estimulada pelo professor Roberto Lobato Correa, seu orientador no doutorado, iniciou suas investigações sobre a relação espaço e gênero logo que terminou sua tese, em 2003. Caminho parecido tomou Rosa Ester Rossini, ao conhecer na prática as histórias e lutas de mulheres em movimentos sociais, momento esse que a fez se interessar pelas questões de gênero. Assim, aproximadamente em 1977, buscou embasamento literário em grupos de sociólogos e antropólogos que discutiam a questão de gênero, tais como Elisabete Lobo, Eva Blay, entre outras(os). E, por fim, para a geógrafa María Franco Garcia foi a desigualdade e opressão que sofrem as mulheres até hoje que a motivou em estudar, tentar entender e quiçá, transformar essa realidade.

Quando questionadas em relação as dificuldades encontradas para realizarem seus trabalhos de gênero enquanto geógrafas, dentro e fora da academia, todas encontraram e encontram dificuldades, com graus e origens distintas. Em relação as barreiras fora do âmbito universitário, está a problemática da dupla jornada de trabalho, mencionas por Susana Veleda, que em suas palavras: *“A opção pela carreira é sobrecarregada com a imposição do papel de maternagem para a mãe, assim como as tarefas domésticas”*. A geógrafa Joseli Maria Silva ressalta a questão da diferença do tempo de trabalho acadêmico entre homens e mulheres, que apesar de se tratar de profissionais em extratos sociais elevados com condições de contratar

uma pessoa para desempenhar as responsabilidades domésticas, na maioria dos casos o tempo em se preocupar e cuidar da casa e da família ainda é realizado pelas mulheres, sendo assim os homens apresentam vantagens em relação ao tempo disponível que possuem para a produção científica. Rosa Ester Rossini afirma que dentro ou fora das academias a falta de visibilidade às mulheres é implícita, não há uma atenção a igualdade de gênero, sendo apenas parte do discurso, sem práxis. E atenta para a necessidade de nós, mulheres conscientes dessa situação, darmos importância a nossa visibilidade, pois do contrário, continuaremos obscuras na história.

As barreiras dentro da academia foram e são muitas, sendo presenciadas, em linhas gerais, por formas coincidentes pelas geógrafas. Na visão de Susana Veleda o machismo é velado, “aparecendo” na forma da desqualificação da temática de estudo, Rosa Ester Rossini cita os discursos excludentes de cientistas como “-*Quem trabalha com gênero não trabalha com geografia!*”. As geógrafas Maria das Graças e Joseli Silva apontam a “falta” de espaços em congressos e dificuldades nas publicações, pois não são todas as revistas na Geografia que publicam os artigos na temática de gênero. Já a professora Rosa Ester Rossini tem uma visão contrária, afirma que possa ser a não participação das pesquisas de gênero nos eventos que gere a falta de reconhecimento entre as(os) geógrafas(os). E continua com um pedido: “*Temos que nos abrir mais, as pessoas se fecham entre si.*” Na pós-graduação, as dificuldades foram muitas para Maria das Graças em relação a orientação por falta de conhecimento de sua orientadora sobre a temática de gênero. Dentro dos departamentos, Susana Veleda, Maria das Graças, Joseli Silva e Rosa Ester Rossini enfrentam colegas machistas, do sexo masculino e feminino: piadas de mal gosto, censuras em congressos, avaliações infundadas de artigos e de projetos de pesquisa, isto é, a falta de interesse e o não reconhecimento do trabalho geográfico, que na visão de María Franco Garcia são dificuldades de suma relevância. Porém, isso não as impede de trabalhar e de construir um enfrentamento diante dessa realidade, que segundo Susana Veleda é feito através da construção de um trabalho com rigor teórico e metodológico. A professora Rosa Ester Rossini faz sua crítica a organização curricular dos cursos de geografia no Brasil, que não possibilita aos estudantes de graduação conhecerem as discussões de gênero na geografia. Como exemplo, cita que poucas pessoas sabem que a primeira tese de doutorado na geografia foi defendida por uma mulher, a professora Conceição Vicente de Carvalho.

Quanto a importância das traduções das produções da geografia internacional sobre gênero, Susana Veleda ressalta que se trata de um trabalho fundamental, e que deve ser feito com todos os países, tomando cuidado para não se restringir aos anglo-saxões, pois acredita que o conhecimento geográfico não tem fronteiras e que o idioma não deve ser uma barreira. Já a

geógrafa Maria das Graças deu maior atenção as produções em língua inglesa, elogiando sua qualidade e ressaltando sua importância histórica. Joseli Silva também destaca as traduções apenas da língua inglesa, e sabendo das dificuldades existentes no Brasil no aprendizado dessa língua (escolarização e baixas condições financeiras), destaca o trabalho que vem realizando a Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero na tradução de textos da produção científica anglófona. Rosa Ester Rossini também considera um esforço importante a se fazer, porém alega que acompanha mais as produções espanholas. E, segundo a geógrafa María Franco Garcia, trata-se de um trabalho imprescindível para a consolidação da temática, possibilitando assim uma maior relevância social dentro das produções geográficas no Brasil.

E, a última questão foi em relação a existência de uma Geografia Feminista Brasileira. Na concepção de María Franco Garcia não há uma Geografia Feminista no Brasil, o que existe são feministas que fazem, em suas palavras, *de forma brilhante*, Geografia, com esforços de grandes pesquisadoras corajosas de mostrar que a pesquisa pode e deve ser politicamente comprometida. Para Susana Veleda e Maria das Graças, esse processo está em construção, não existe acabado, pronto. E nessa construção, para Susana Veleda os estudos de gênero devem ser tratados com comprometimento político e acadêmico para com o feminismo, não se tratando de mero modismo ou simples meio para captar recursos. Ela especifica a necessidade da produção de conhecimento empírico com o intuito de explicar as desigualdades espaciais oriundas de relações de gênero no Brasil, para assim, construir teorias e conceitos próprios.

Já Joseli Maria Silva afirma que existe no Brasil uma Geografia Feminista, e para comprovar sua existência, faz um breve panorama histórico, desde o início das discussões de gênero – no âmbito de eventos - na Geografia até os dias atuais: o primeiro marco que ela pontua foi em 2006 no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), na cidade do Rio de Janeiro, com palestra ministrada pela própria Joseli Maria Silva. A discussão seguinte aconteceu dois anos depois, pelo mesmo evento (NEPEC), com uma mesa redonda sobre gênero e sexualidade, também com a presença da professora Joseli Maria Silva e dos professores Marcio Jose Ornat (UEPG) e Benhur Pinós da Costa (UFSM). Aos poucos, na visão da professora, a temática de gênero e sexualidades começa a ter visibilidade na ciência geográfica a partir de 2009. O primeiro evento marcante deste ano foi o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), que aconteceu em Rondônia, tendo uma mesa redonda como tema: “Sexualidade, Gênero e Representações do Espaço”, composta pelas geólogas Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Rosa Ester Rossini e Joseli Maria Silva, que abordaram questões como “mulher e ciência”, “mulher trabalho e família” e “sexualidades, um exemplo

da experiência travesti”, respectivamente. A discussão posterior aconteceu nesse mesmo ano na cidade de Curitiba-PR no evento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), tendo uma mesa redonda com a temática “Abordagens e perspectivas da Geografia Cultural”, nessa mesa o gênero foi um “subcampo” da Geografia Cultural. E, novamente, a professora Joseli Maria Silva era a geógrafa que representava as discussões acerca do gênero. Ela ressalta a importância do campo cultural no processo de visibilidade dos estudos de gênero, pois ele abriu espaço para as abordagens de gênero, embora essas não se restrinjam a cultura. Segundo a geógrafa:

A compreensão de que os diferentes grupos sociais vivenciam os espaços de forma diferenciada foi amplamente difundida na geografia cultural brasileira. Foi essa ideia que possibilitou uma abordagem do gênero enquanto um elemento de diferença entre as pessoas e suas espacialidades. (Entrevista realizada em Setembro-2013)

No ano de 2010, no evento “I Seminário Internacional sobre Microterritorialidades Urbanas”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro (UFRJ), contou com uma palestra de gênero ministrada pela professora Joseli Maria Silva: “Gênero, posicionalidade e interseccionalidade na análise geográfica: um desafio metodológico.” O ano seguinte foi marcado por grandes eventos, que segundo Joseli foi o auge das discussões de gênero e sexualidades na geografia brasileira. Novamente na ANPEGE, agora em Goiânia, houve um Grupo de Trabalho (GT) intitulado “Geografia, Gênero e Sexualidades”, coordenado pelo professor Benhur Pinós da Costa (UFSM), encontro esse que ampliou a participação de pesquisadoras(es) que trabalham com a temática. E, em novembro do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, o “I Seminário Latino Americano de Geografia e Gênero/Pré-Encontro da Conferência Regional da UGI”, foi de extrema importância para a ampliação da temática de gênero e sexualidades nas discussões da ciência geográfica nacional e internacional, visto a dimensão do evento, que contou com grandes nomes internacionais de geógrafas feministas como: Janice Monk (University Arizona), Robyn Longhurst (University Waikato), Maria Dolors Garcia Ramon (Universidade Autônoma de Barcelona), Diana Lan (Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires), entre outras. Esse seminário foi organizado pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), juntamente com o grupo Gestão Territorial no Estado do Rio de Janeiro (GTERJ), da PUC-RJ. Ainda em novembro de 2011, aconteceu em Santa Maria-RS no “Núcleo de Estudos em Espaço e Representações - NEER” um espaço reservado para as discussões de gênero, na mesa redonda “Teorias, métodos e práticas de pesquisa em geografia cultural, humanística e social”, com a discussão sobre “Avanços e limites na abordagem da sexualidade no Brasil”, sendo composta

por Alecssandro Ratts (UFG), Paulo Jorge Vieira (Universidade de Lisboa), Maria das Graças da Silva Nascimento Silva (UNIR) e Joseli Maria Silva (UEPG). Assim, diante desses apontamentos realizados por Joseli Maria Silva a respeito da construção de uma Geografia feminista brasileira, ressaltando os espaços de construção e divulgação das abordagens de gênero e sexualidades na geografia, que ao longo dos anos ganhou maior visibilidade e avanços, criando suas marcas nas discussões da ciência geográfica, a professora termina seu resgate histórico lembrando do espaço concedido para as análises de gênero, ministradas por ela, em uma mesa redonda do último “Encontro Nacional de Geógrafos - ENG”, no ano de 2012 em Belo Horizonte-MG, sendo uma participação inédita da temática de gênero em um encontro nacional na geografia.

Quando questionada sobre a existência de uma Geografia feminista no Brasil, Rosa Ester Rossini afirma que não se considera feminista, pois trabalha com gênero, que segundo ela é um campo mais amplo de estudos. Porém, nos deu um extenso panorama histórico do processo de construção das discussões de gênero na geografia brasileira que se confunde com suas experiências profissionais, visto que é considerada pelas colegas de trabalho, como Joseli Maria Silva, Maria das Graças e Susana Veleda, pioneira nos estudos de gênero na geografia agrária. Primeiramente, inicia sua pesquisa sobre a força de trabalho feminina no campo no ano de 1977. Em 1982, acontece no Brasil o Congresso Internacional da UGI, onde fez sua primeira apresentação sobre a temática da mulher, além de ter sido uma das responsáveis pela organização. E, em setembro desse mesmo ano, participou do primeiro evento autônomo de geografia e gênero realizado na Sardenha, publicando trabalho. Ela também estava presente na criação da Comissão de Gênero na UGI, tendo como função representar a América Latina, no ano de 1986. Por fim, afirma que aos poucos os estudos sobre gênero estão conseguindo romper a barreira da discriminação, tomando como exemplo, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) realizado no mês de setembro do presente ano, no qual pela primeira vez ocorreu uma sessão inteira com trabalhos sobre gênero.

As perguntas específicas foram criadas de acordo com a singularidade das pesquisas realizadas pelas geógrafas e das diferentes trilhas que elas vem construindo na geografia. Quando questionada sobre os atuais desafios no trabalho de gênero na geografia brasileira, Joseli Maria Silva fala sobre o desafio de vencer o preconceito e os fundamentalismo existentes no campo científico. E, por fim, questionamos a respeito de sua participação há quase oito anos na ONG “Renascer”, na cidade de Ponta Grossa-PR, e a relação dessa experiência com suas pesquisas acadêmicas. A professora afirma que é de fundamental importância o seu trabalho na

ONG, pois não vê sentido em uma teoria desvinculada de uma prática social, assim tanto a ONG se enriquece com o trabalho realizado por ela e por seu grupo de pesquisa como o grupo se enriquece com essa parceria.

Em relação as produções realizadas pela professora Rosa Ester Rossini, pontou a cartilha que produziu junto com outros profissionais, destinada a professores e professoras da educação básica, intitulado “Ensino e Educação na Adolescência com igualdade de gênero”, como um trabalho importante para a educação básica visando a igualdade de gênero, pois infelizmente as(os) educadoras(es) não são formadas(os) nessa perspectiva, assim ensinam as crianças de forma sexista. E, pedimos que discorresse sobre o processo de elaboração de sua livre-docência, “A mulher na lavoura canavieira paulista”, pela USP. Inicia então seus apontamentos por sua dissertação, em 1971, na qual já pontuava o trabalho da mulher e do homem na mão de obra volante na agricultura, porém, em sua autocrítica afirma que ainda não tinha uma análise propriamente geográfica, tendo um cunho “*um pouco*” positivista pelas influências da época. Em 1975, defende sua tese de doutorado dentro da mesma temática, agora analisando a evolução da população rural e urbana e o trabalho da mão de obra volante na agricultura. Como pré-requisito para a jornada de trabalho de tempo integral na universidade, a professora Rosa Ester Rossini apresenta um projeto com a problemática da força de trabalho da mulher na agricultura canavieira, com a qual já havia levantado questões com os trabalhos da pós-graduação. Inicia então suas pesquisas indo a campo, onde realiza quatrocentos questionários, porém, ao longo do tempo, nota que nem todos apresentam a qualidade por ela esperada, muitos estavam incompletos, assim, somada a sua dificuldade de proceder com a pesquisa, resolve parar e partir para um trabalho mais teórico, na busca de bibliografia. Dessa maneira, se aproxima de grupos de sociólogos e antropólogos que estavam discutindo as questões de gênero. Mais tarde, no ano de 1982, ocorre no Brasil um evento da UGI no qual ela apresenta seu primeiro trabalho sobre gênero e no mesmo ano, acontece o primeiro evento de Geografia e Gênero da UGI, na Sardenha, onde a professora também apresentou trabalho e fez um levantamento da bibliografia internacional, sobretudo europeia, como sua participação no lançamento do livro “Geografia e Gênero” na Inglaterra.

Munida de mais experiência e bibliografia, volta a campo no ano de 1985 e aplica os mesmos questionários na mesma área de estudos, que ao longo de aproximadamente oito anos passa por profundas e significativas modificações (o engajamento da mulher na força de trabalho, a reestruturação produtiva, a modernização do campo e a saída de homens e mulheres para o mercado de trabalho na cidade, trabalhando apenas em locais onde a máquina não

consegue cortar e atualmente, a contratação de mulheres para operar máquinas no campo). E, em 1986, conclui mais de uma década de pesquisas na área, com sua livre-docência, na qual explora mais à vontade as questões de gênero, com o trabalho intitulado “Geografia e Gênero: o trabalho da mulher na agricultura paulista”.

5.1) O que é gênero para as geógrafas?

Assim, buscamos aqui sintetizar o entendimento da categoria gênero para cada geógrafa anteriormente entrevistada, com a intenção de expor e interpretar as diferentes conceituações de gênero na geografia brasileira.

A geógrafa Joseli Maria Silva em conjunto com seu grupo de pesquisa – Grupo de Estudos Territoriais (GETE) - entende gênero “(...) enquanto um conceito representacional, define-se num contexto de relações socioespaciais processualmente re-elaboradas, compostas por seres multi-identitários.” (SILVA, NABOZNY & ORNAT, 2010, p.32), assumindo assim uma perspectiva feminista da construção do conhecimento. Entender o gênero como um conceito representacional é assumir uma visão desconstrucionista sobre os papéis sociais de gênero, herança do pensamento de Michel Foucault, Teresa Lauretis, Donna J. Haraway e Judith Butler. Nesse sentido, o gênero é uma representação performática construída em atos cotidianos mutáveis, tendo, segundo Butler, múltiplas combinações existenciais entre a configuração não linear de sexo, gênero e desejo. Nessa definição a relação espaço-gênero é considerada de suma importância pois a (des)organização espacial é também produto e condição das relações de gênero instituídas social e temporalmente. E, ainda na perspectiva desconstrucionista, o espaço é visto em sua dimensão paradoxal, pois coexistem na estrutura socioespacial tanto as representações sociais hegemônicas do gênero e das sexualidades, como seu potencial de subverter essas representações, pois são elas as responsáveis pelas transformações da realidade espacial que são processualmente re-elaboradas, pois as relações de gênero estão em constante construção e desconstrução, o que possibilita ir além de sua noção dual - feminino X masculino- incluindo sujeitos que não se enquadram no eixo binário, tais como transexuais, transgeneros, entre outros. Essa visão é fruto da concepção teórica queer que traz questionamentos no campo da sexualidade, reconhecendo e dando visibilidade a comunidades e culturas sexuais marginalizadas socialmente, temática na qual Joseli Maria Silva e o GETE são protagonistas, por exemplo com os estudos de travestindade. E, por fim, quando

se consideram as várias identidades que os sujeitos que produzem as relações de gênero tem entende-se a relevância de trabalhar a categoria gênero em conjunto com outros elementos também necessários para entendê-lo, como etnia, classe social, identidade cultural, etc.

Partindo de uma concepção marxista, a geógrafa Susana Maria Veleda da Silva se classifica como feminista radical pois acredita que trabalhar com a categoria gênero é construir um conhecimento acima de tudo comprometido com uma mudança social. Ressalta a necessidade da produção de conhecimento empírico, com o intuito de explicar e explicitar as desigualdades espaciais oriundas de relações de gênero, pois entende que a base material da ordem patriarcal é legitimadora da dominação masculina. Ela trabalha com a escala do espaço urbano a partir de categorias analíticas da geografia do trabalho, entendendo gênero, segundo uma leitura de Joan Scott, como uma lente de aumento que facilita a percepção das desigualdades hierárquicas - sociais e econômicas - entre homens e mulheres, fruto das diferenças percebidas entre os sexos, dessa forma, é um elemento constitutivo das relações sociais e uma maneira primordial de significar as relações de poder. Assim como também pode ser concebido como um instrumento político afim de destruir essas desigualdades.

A geógrafa María Franco Garcia também usa a ferramenta teórica e metodológica do materialismo dialético, tendo como uma de suas referências a geógrafa britânica Doreen Massey que traz a proposta de pensar assuntos de gênero dentro do marxismo, assim em suas palavras:

(...) a produção do espaço é a produção da vida, e só por meio do processo do trabalho que isto se constrói. Não obstante, compreender a lógica desta produção demanda incorporar, além das relações de classe enquanto categoria histórica, as relações de gênero como categoria social, portanto históricas, também. (GARCIA, 2004, p. 38)

Ela trabalha a partir da perspectiva da geografia do trabalho, dentro da escala do campo, protagonizando a produção do espaço pelos movimentos sociais ali presentes. Parte da concepção que homens e mulheres se situam de modo diferente no mundo, buscando compreender a relação que particularmente as mulheres – sujeito multidimensional- estabelecem com os lugares que moram, trabalham e lutam, pois entende que essa diferença é fruto do sistema de gênero contemporâneo, de opressão e dominação no qual, na maior parte das vezes, as mulheres aparecem em condições de submissão em diferentes espaços e tempo (GARCIA, 2004). Dessa forma, acredita que trabalhar essas questões significa incorporar uma abordagem feminista na pesquisa científica, afim de superar a parcialidade de quem produz o

conhecimento, no âmbito de sua corporeidade e discurso de gênero.

Assim como María Franco Garcia, as geógrafas Rosa Ester Rossini e Maria das Graças Silva Nascimento Silva estudam as relações de gênero presentes no espaço agrário, porém através de métodos diferentes. Embora Rosa Ester Rossini parta da mesma premissa que María Franco Garcia, tendo como fio condutor o trabalho, ela ressalta que faz uma geografia do gênero, e não uma geografia feminista¹¹ (Maria Franco não estabelece essa diferença, pois parte da concepção teórica das Geografias Feministas, diferente de Rosa Ester que produz uma Geografia do Gênero), pois afirma que não considera somente as especificidades da mulher nas relações de gênero, trabalha com o conceito de família através do entendimento do trabalho do homem e da mulher dentro do contexto de modernidade tecnológica na agricultura. Dessa forma, a professora Rosa Ester Rossini utiliza a categoria gênero como um de seus recortes analíticos a fim de compreender as relações sociais que se estabelecem na produção e reprodução do espaço, focando na análise do campo e nas dinâmicas específicas da mão de obra feminina (trabalho produtivo e reprodutivo).

E por fim, a geógrafa Maria das Graças Silva Nascimento Silva que também trabalha na dimensão do espaço agrário por meio da realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadoras rurais, focando-se no conceito de empoderamento: mudanças ou melhorias das condições sociais dessas mulheres, como por exemplo sua organização e participação de forma ativa em movimentos sociais. Assim, a categoria de análise gênero é instrumentalizada através de uma abordagem interseccional, associada a etnia, classe social, geração, o que proporciona uma ampla compreensão da realidade dessas mulheres. Entendido as relações de gênero enquanto significação simbólica que cada sociedade utiliza para conceber as relações entre os sujeitos, que em uma sociedade machista é pautada pela desigual distribuição social do poder, na qual as mulheres são subordinadas aos homens, Maria das Graças faz essa análise e estuda como tais relações ocorrem nos assentamentos rurais.

¹¹ Utilizar-se do conceito de gênero não significa um engajamento político nas epistemologias feministas. Se identificar como feminista na construção da ciência é uma construção social (SILVA, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria. Que o mundo masculino tudo me daria do que eu quisesse ter. Que nada minha porção mulher que até então se resguardara é a porção que trago em mim agora é que me faz viver. Quem dera pudesse todo homem compreender, oh mãe, quem dera ser o verão o apogeu da primavera e só por ela ser. Quem sabe o superhomem venha nos restituir a glória mudando como um deus o curso da história por causa da mulher.” Superhomem – a canção.

Gilberto Gil.

Ao longo do percurso do presente trabalho algumas certezas foram quebradas, assim como muitas dúvidas foram sanadas, dessa forma, encerramos pontuando as ideias que nos ajudaram a pensar de forma conclusiva sobre a temática.

Visamos analisar o processo de inserção da categoria gênero na produção científica do pensamento geográfico brasileiro, a fim de compreender sua relevância para as espacialidades negligenciadas pelo discurso geográfico hegemônico. Entendemos que esse processo aconteceu através das transformações ocorridas dentro da Geografia Cultural, que, ao renovar-se, ampliou seu olhar sobre os diversos sujeitos presentes na configuração do espaço geográfico, tal como as mulheres, homossexuais e transexuais. E, em concomitante com essas transformações teóricas e metodológicas na ciência geográfica, estavam eclodindo os movimentos sociais de bandeiras feministas, o que possibilitou a ampliação do olhar científico que tomou essa temática como objeto de estudos.

Oriundo das discussões da Sociologia¹², os estudos geográficos realizados sobretudo na Europa e nos EUA, em meados da década de 70, passaram a considerar a categoria gênero em sua compreensão do espaço, fundando assim um sub-campo da Nova Geografia Cultural, intitulado de “Geografia Feminista”. Esse campo foi, nos anos 90, criticado por mulheres negras e homossexuais, pois compreendiam que não existia uma unicidade a ser considerada apenas

¹² Concordamos com Machado (1992) quando faz a crítica aos estudos das ciências sociológicas que tem como foco majoritariamente à compreensão das sociedades ocidentais (modernas, industriais e capitalistas), concebendo as relações de gênero como totalmente recobertas pelas relações de poder, gerando uma cristalização da dominação masculina e “obscurece tanto a detecção de outras associações simbólicas dos sistemas de gênero (a indagação sobre a complementaridade, reciprocidade, etc.) como a percepção dos diferentes poderes, muitas vezes instalados no feminino e não no masculino” (MACHADO, 1992, p. 35).

em relação ao corpo-sexo feminino, assim questionaram as categorias oriundas dos anos 70 – como o gênero - supostamente universais, estáveis e essencializadas, que as excluía da análise geográfica. Como protagonistas desse movimento essas mulheres se identificaram com as correntes do pensamento pós-colonialistas, pós-estruturalistas e do pós-colonialismo, afim de construir um pensamento geográfico emancipado da ciência branca e ocidental. Dessa forma, a Geografia Feminista foi considerada no plural, sendo reconhecida agora como Geografias Feministas, que passou a incluir a pluralidade científica e ideológica existentes neste campo, construindo assim uma visão de que as categorias gênero, sexo, sexualidade são construções sociais possibilitando a inserção de outras dimensões humanas na análise do gênero, como etnia, idade, classe social.

No Brasil, as influências foram em geral dos estudos provenientes da Espanha, Inglaterra e EUA, não constituindo assim uma corrente de pensamento sobre geografia e gênero. Segundo o resgate histórico concedido através da entrevista das geógrafas Joseli Maria Silva e Rosa Ester Rossini e com base em nossas leituras, foi no ano de 1977 que começou-se a estudar a questão da mulher na geografia brasileira, através do trabalho da professora Rosa Ester, considerada pelas colegas da área como sendo a pioneira desses estudos no país. Mais significativamente a partir da década de 80, ela trilha um caminho solitário, realizando contatos internacionais, publicando e orientando trabalhos na temática da força de trabalho feminina (no campo e na cidade), estudos da população e na área de educação. No ano de 1992, o Boletim de Geografia Teórica de Rio Claro (SP) produziu uma publicação pioneira ao abordar trabalhos na temática mulher e trabalho, porém não propiciou aportes teóricos mais consistentes (SILVA, 2011). Em 1996, segundo as pesquisas de Silva (2011) “o *Boletim Gaúcho de Geografia*”, de Porto Alegre (RS), publicou dois artigos de estudos sobre mulheres (ROSING, 1996; SHAAF, 1996) (p. 308).” E nesse mesmo boletim, dois anos depois, fora publicado um único artigo sobre a possibilidade de se tratar as questões de gênero na geografia. Tal resgate histórico pode ser contemplado pelos apontamentos feitos na entrevista de Joseli Maria Silva, que inicia seus relatos a partir de 2006, quando, segundo ela, os estudos de gênero começam a adentrar-se concretamente nos espaços da Geografia Cultural, especificamente nas discussões cariocas. No ano de 2007 o “XI Colóquio Internacional de Geocrítica” apresentou um eixo com o tema de “Multiculturalidad, género, sociodiversidad y tolerância”. E no mesmo ano, na cidade de Florianópolis no “X Simpósio Nacional de Geografia Urbana” nos diversos eixos temáticos houveram apresentações de trabalhos relativas a questão das mulheres e do gênero, com a presença de autoras(es) como Nazboby, Silva, Ornat, Pinheiro, entre outras(os) (SILVA, 2011).

Tais estudos, segundo Joseli Maria Silva, adquirem maior visibilidade a partir do ano de 2009 quando o número de eventos, congressos de pós-graduação, encontros aumenta a participação das abordagens de gênero. Em todos esses apontamentos, centrados em participações e construções de eventos, assim como nas produções de artigos – o que constrói o pensamento científico - a presença das geógrafas Joseli Maria Silva, Rosa Ester Rossini e Maria das Graças Silva Nascimento Silva é unânime, embora seja importante ressaltar que no último Encontro Nacional de Geógrafos, no qual foi a primeira vez que abriu espaço para duas mesas que discutiram a questão de gênero, além de Joseli, estavam presentes as professoras Susana Maria Veleda da Silva e Maria Franco Garcia. E, por fim, outro acontecimento inédito para a história da geografia do gênero no Brasil ocorreu nesse ano, no mês de Setembro, no “Simpósio Internacional de Geografia Agrária”, em João Pessoa-PB, onde pela primeira vez teve uma sessão inteira com trabalhos sobre gênero, com a participação de geógrafas como Rosa Ester Rossini e Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

Assim, com o intuito de gerar um debate e não uma conclusão sobre a questão, diante da retomada histórica que fizemos acima, nos indagamos sobre a existência de uma Geografia Feminista no Brasil, visto que não há uma corrente de pensamento coesa e forte na área, o que existe são grupos de pesquisa dispersos, porém que mantem uma rede de contato a partir da realização de eventos e publicações de artigos e livros. Por não constituírem uma origem de pensamento comum, com influências diversas da geografia internacional, e com concepções teóricas e metodológicas variadas (marxismo, fenomenologia, pós-colonialismo...), concordamos com as considerações de María Franco Garcia de que não há uma Geografia Feminista no Brasil, o que existe são feministas que fazem, em suas palavras, “*de forma brilhante*” Geografia, com esforços de grandes pesquisadoras(es) corajosas(os) de mostrar que a pesquisa pode e deve ser politicamente comprometida. Cabe-nos ressaltar a diferença estabelecida por muitas(os) pesquisadoras(es) acerca da nomeação do campo de estudos: Geografias Feministas ou Geografia do Gênero. Para alguns autoras(es), como Valcárcel, são sinônimos, tanto faz a utilização de um ou de outro, correspondem a estruturas teóricas iguais. Porém, para SABATÉ MARTÍNEZ *et al.* (1995) há uma distinção entre os termos, a geografia feminista incorpora as contribuições teóricas do feminismo na compreensão dos fenômenos geográficos, já a geografia do gênero utiliza o gênero como categoria de análise, não necessariamente toma partido das epistemologias feministas.

Dessa forma, nos coube mostrar como estão os estudos de gênero na geografia, o que os grupos de pesquisa vem estudando, segundo qual concepção metodológica e teórica. No

geral, esses trabalhos são realizados pelas mulheres, há a presença de homens, porém os esforços de dar visibilidade aos estudos de gênero na geografia estão sendo feitos majoritariamente por mulheres. Uma consideração importante, que evidencia a maior presença de mulheres pesquisadoras na área, é a recente participação dos homens nas pesquisas sobre gênero, datada somente na primeira década do século XXI. Coincidentemente ou não, é a partir da década de 90, primeiramente no âmbito da Geografia anglo-saxã, que as pesquisas sobre masculinidades despontam, assim como o aparecimento do homem como pesquisador dessa temática, no Brasil. É importante ressaltar que a construção de uma geografia feminista não pode ser relacionada única e exclusivamente pela percepção dos corpos que produzem o conhecimento, pois como há mulheres reproduzindo uma ciência pautada pelo saber masculino, existem- como elucidado nesse trabalho – homens empenhados na produção da Geografia Feminista. Outro fator que nos ajuda a explicar esse quadro é a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o que possibilitou também aumentar sua visibilidade nos estudos referentes a temática (VELEDA, 2011). Além de estarem em maior número, as pesquisadoras possuem uma formação acadêmica mais antiga – estão na academia a mais tempo que os homens – e, em uma relação de proporção, possuem maiores titulações. No que se refere as produções teóricas, são as que vem realizando um maior número de artigos, livros, teses, dissertações, etc. Assim, as geógrafas aparecem nas discussões acerca da introdução da categoria gênero na compreensão espacial de forma quantitativa – são a maioria - e qualitativa, pois vem se empoderando dos estudos na área.

Em relação as abordagens de gênero, as produções da maioria dos grupos de pesquisa estão em torno do conceito de mulher e de feminilidade, e os estudos em torno das sexualidades estão concentrados somente nas análises dos grupos da região sul. E, segundo a área da geografia, a maioria dos trabalhos estão inseridos na Nova Geografia Cultural e Geografia Agrária – presentes em todas as regiões. Em geral, são publicações recentes, que datam a partir do final da primeira década do século XXI, visto o pequeno escopo – no que tange os dados do presente trabalho - de publicações na pós-graduação (cinco pós-doutorado, dois doutorados e um mestrado)¹³. Em relação as produções acadêmicas em cada região, embora a região sudeste apresente uma quantidade maior de grupos de pesquisa, é a região sul que mais tem produções, esforço proveniente do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da UEPG, que vem produzindo

¹³ Segundo pesquisa realizada pela professora Susana Maria Vele da Silva no período de 1980-2004 nos cursos de pós-graduação em geografia das universidades públicas brasileiras, revela quase vinte trabalhos sobre a temática em dissertações e teses. (SILVA, 2009).

trabalhos desde a iniciação científica até a pós-graduação. É importante pontuar a descentralidade que esses estudos tiveram ao longo dos anos, a produção acadêmica que na década de 80 e 90 se concentrava nas regiões sudeste e sul, a partir do século XXI, se espalhou pelas demais regiões do país.

Assim, de acordo com Silva (2011), são essas três características básicas – um maior envolvimento das mulheres como coordenadoras de grupos de pesquisa, produção da periferia científica e a predominância da análise das feminilidades e das mulheres – que marcam a produção científica geográfica com abordagem de gênero no Brasil. Que segundo essa mesma autora, a combinação dessas características produz um quadro estrutural desfavorável ao desenvolvimento das análises de gênero da geografia brasileira, como bem argumenta SILVA (2011):

(...) é preciso lembrar que as universidades e pesquisadores de periferias recebem um volume menor de recursos para suas pesquisas, que as mulheres pesquisadoras, em função de sua carga de trabalho doméstica e reprodução familiar, recebem um menor percentual de bolsas de produtividade e, por fim, que os temas relativos às mulheres e feminilidades, exaustivamente produzidos nos grupos de pesquisa, são pouco valorizados pelos cânones científicos da Geografia no Brasil. (SILVA, J.M.; ORNAT, M.J. 2011, p.25)

Visto essas dificuldades, podemos então pontuar os motivos pelos quais os temas sobre gênero são pouco visíveis na Geografia brasileira. A recente introdução da temática contribui para essa situação, mas sobretudo esse distanciamento que a Geografia vem construindo para com as discussões de gênero é fruto de uma visão desconstrucionista que tais estudos trazem para o pensamento geográfico. Pois propõe que tomemos consciência da discriminação histórica que se assenta a Geografia, tomando como únicos – assim mais importantes – os sujeitos que (des)constróem o espaço geográfico: os homens. Deixar “de lado” a mulher (enquanto sujeito) foi e está sendo uma escolha das(os) geógrafas(os), e uma de suas ações é classificar como não-geográfico os estudos de gênero, é ridicularizar tais investigações, não introduzi-las nas discussões teóricas, isto é, fingir que não existe uma Geografia Feminista. Ser um movimento intelectual atrelado as ideias e ações do movimento feminista (em suas várias vertentes) também constitui motivo para essa exclusão, pois existe dentro e fora da academia um estigma pejorativo sobre esse movimento. Tal postura só nos comprova o quão o espaço universitário – e não só ele – está infestado de um machismo sarcástico, pois possuem argumentações infundadas teoricamente mas muito bem alicerçadas no preconceito, através das denominadas “brincadeiras”, responsável por construir uma visão hegemônica de que levar em

consideração as relações de gênero é trabalho de sociólogo e não de geógrafo, o que nos traduz um discurso androcêntrico da construção do saber. E, por fim, é de suma importância ressaltar que todo esse panorama da construção da invisibilidade dos estudos de gênero na Geografia brasileira reflete na organização curricular dos cursos de geografia no Brasil, que não possibilita aos estudantes de graduação conhecerem essas discussões, como aconteceu na minha experiência enquanto estudante do curso de Geografia da Unesp de Rio Claro, fui ter contato com tal temática por pesquisa individual e mais profundamente quando participei do “I Seminário Latino Americano de Geografia e Gênero/Pré-Encontro da Conferência Regional da UGI”, onde conheci a maioria das(os) geógrafas(os) contemplados nesse trabalho.

Porém, todas essas barreiras não impedem geógrafas e geógrafos que se dedicam a considerar os sujeitos históricos integralmente (segundo uma concepção espaço-temporal, gênero, cultura, classe social, etnia.) de trabalhar e construir um enfrentamento diante dessa realidade, que segundo Susana Maria Veleda da Silva deve ser feito através da realização de um trabalho com rigor teórico e metodológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIOJOLI, M. C. P. (org). *Mujeres Libres da Espanha: Documentos da Revolução Espanhola*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z. (org) *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

_____. “A volta do cultural” na Geografia. Mercator- Revista de Geografia da UFC, ano 1, n. 1, 2002.

CORRÊA, R. L. *Sobre a Geografia Cultural*. 2007,
http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm

_____. *A dimensão cultural do espaço: alguns temas*. Espaço e Cultura. Ano I, out de 1995.

GARCIA, M.F. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente: Unesp, 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia.

HAUL, F. Para uma teoria das relações de gênero. In: BORON, A. A.; AMADEO, J & GONZÁLEZ, S. (org). *A Teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MACHADO, L. Z. Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (org) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MELO, H. P. & OLIVEIRA, A. B. *A produção científica brasileira no feminino*. Cadernos Pagu (27), julho-dezembro de 2006: pp.301-331.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAES, A C. R. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MORAES, M. L. Q. *Usos e limites da categoria gênero*. Cadernos Pagu (11) 1998: pp.99-105.

NABOZNY, A. *Geografia e Gênero: da crítica à racionalidade à aproximação pós-estruturalista*. Mercator- Revista de Geografia da UFC, ano 8, n. 15, 2009.

NARVAY, M. G. & KOLLER, S. H. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em Estudo. Maringá, v.11, n.3, p 647-654, set/dez, 2006.

ORNAT, M. J. *Sobre espaço e gênero, sexualidade e Geografia Feminista*. Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008.

RAGO, M. *Anarquismo e Feminismo na Revolução Espanhola*. In: RAGO, M &

RODRIGUES, M. *Geografias pós-coloniais: uma aproximação a algumas problemáticas teóricas centrais*. I Edição Revista GeoPlanUM, Guimarães, 2010, p.23-28.

ROSSINI, R. E. *A Modernidade tecnológica no campo exclui a mulher e acelera as masculinidades na agricultura*. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

ROSSINI, R. E. *Contribuições ao estudo do êxodo rural no Estado de São Paulo*. SP: USP, 1975. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil na análise histórica*. In: Educação e realidade. Porto Alegre, Julho-Dez, 1986.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. & JUNIOR, A. B. C. (org). *Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas*. Ponta Grossa-PR: TODAPALAVRA, 2011.

_____. (org) *Espaço, gênero e masculinidades plurais*. Ponta Grossa-PR: TODAPALAVRA, 2011.

SILVA, J.M.; ORNAT, M. J. & NABOZNY, A. *A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas*. In: Abordagens Geográficas. Vol. 1, n.1, (out-nov) 2010.

SILVA, J.M & SILVA, A.C.P. (org) *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa-PR: TODAPALAVRA, 2011.

SILVA, J. M. *Geografia e Gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico*. Ateliê Geográfico – Revista Eletrônica. UFG, 2009.

_____. *Um Ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica*. Revista de História Regional 8(1): 31-45, Verão 2003.

_____. *Algumas reflexões sobre a lógica eurocêntrica da ciência geográfica e sua subversão com a emergência de saberes não hegemônicos*. Geo UERJ, Ano 11, n 19, 1.sem, 2009.

_____. *Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino*. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, No. 22, p. 97-109, Jan/Dez, 2007.

_____. (org) *Geografias Subversivas- discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa:PR, TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, S. M. V. *Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações*. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona; nº 262; 2000.

_____. *A perspectiva feminista na geografia brasileira*. In: *Geografias Subversivas- discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa:PR, TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, M.G.S.N. *Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaços de poder*. In: SILVA, J.M & SILVA, A.C.P. (org) *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa-PR: TODAPALAVRA, 2011.

SORJ, B. *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*. In: COSTA, A. O. & BRUSCHINI, C. (org) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

TILLY, L. A. *Gênero, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), p.29-62, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BONDI & DOMOSHI. Other figures in other place: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning. Society & Space*. Great Britain: Ed. Pion Limited, 1992, v. 10, n. 2.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MCDOWELL, L. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota, Press, 1999.

ROSE, G. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

SABATÉ MARTÍNEZ, A. S; RODRÍGUES MOYA, J. M.; DÍAZ MUÑOZ, M. *Mujeres, espacio y sociedad: hacia una geografía del género*. Madrid: Editora Síntesis, 1995

VALCÁRCEL, J. O. Los horizontes de la Geografía: Teoría de la geografía. Barcelona: Ed. Ariel Geografía, 2000.

APÊNDICE

Quadro 6 – Produção acadêmica segundo as diferentes abordagens da categoria gênero

Pesquisadoras(es)	ABORDAGEM DA CATEGORIA GÊNERO							
	MULHER	FEMINILIDADES	HOMEM	MASCULIDADES	HOMOSSEXUALIDADES	TRAVESTILIDADES	TRANSSEXUALIDADES	SEXUALIDADE
1. Rosa Ester Rossini (USP)	20	3	7	2	-	-	-	-
2. Julio Cesar Suzuki (USP)	3	1	-	-	-	-	-	-
3. Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ)	-	1	-	-	1	-	-	-
4. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (UFMG)	8	1	-	-	-	-	-	-
5. Guiomar Inez Germani (UFBA)	1	-	-	-	-	-	-	-
6. Joseli Maria Silva (UEPG)	8	21	1	3	4	11	2	-
7. Alides Baptista Chimin Junior (UNICENTRO)	-	2	1	7	-	-	-	-
8. Alessandro José Prudêncio Ratts (UFG)	7	1	-	5	4	-	-	-
9. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)	1	-	-	-	-	-	-	-
10. Maria Franco Garcia (UFPB)	7	2	-	-	-	-	-	-
11. Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UFRO)	14	3	-	-	-	-	-	-
12. Susana Maria Veleda da Silva (FURG)	9	1	1	-	-	-	-	-
13. Wendell Teles de Lima (UEA)	-	-	-	-	-	-	-	1
14. Marise Vicente de Paula (UFG)	16	1	-	-	-	-	-	2
15. Anieres Barbosa da Silva (UFPB)	1	-	-	-	-	-	-	-
16. Marcio Jose Ornat (UEPG)	2	5	2	2	1	34	3	4
17. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)	1	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Plataforma do Currículo Lattes; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

Quadro 7 - Produção científica segundo a área de abordagem geográfica

Pesquisadoras(es)	ÁREA DE ABORDAGEM GEOGRÁFICA									GEOGRAFIA DO TRABALHO
	PENSAMENTO GEOGRÁFICO	ECONÔMICA	POLÍTICA	CULTURAL	URBANA	RURAL	CARTOGRAFIA	EDUCAÇÃO	AGRÁRIA	
1.Rosa Ester Rossini (USP)	-	-	-	-	1	7	-	3	-	15
2.Julio Cesar Suzuki (USP)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
3.Augusto Cesar Pinheiro da Silva (PUC-RJ)	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-
4.Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (UFMG)	-	-	-	10	-	5	-	-	-	-
5.Guiomar Inez Germani (UFBA)	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
6.Joseli Maria Silva (UEPG)	11	-	5	3	31	-	-	4	-	1
7.Alides Baptista Chimin Junior (UNICENTRO)	1	-	-	1	4	-	-	-	1	-
8.Alecsandro José Prudêncio Ratts (UFG)	-	-	-	16	2	1	-	1	-	-
9.Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (UFPB)	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
10.Maria Franco Garcia (UFPB)	-	-	-	-	-	14	-	-	5	9
11.Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UFRO)	2	-	-	4	-	13	-	-	-	-
12.Susana Maria Veleda da Silva (FURG)	6	-	-	2	-	1	-	-	-	9
13.Wendell Teles de Lima (UEA)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14.Marise Vicente de Paula (UFG)	-	-	-	16	1	-	-	-	-	-
15. Anieres Barbosa da Silva (UFPB)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16. Marcio Jose Ornat (UEPG)	5	-	-	3	8	-	-	3	-	-
17. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS)	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Plataforma do Currículo Lattes; Elaboração Ana Carolina R. Spitalere.

Questionário:

- 1) Em sua formação – desde a graduação até a pós-graduação – qual foi o contato com os estudos de gênero?
- 2) O que te influenciou na escolha de estudar a categoria gênero na Geografia?
- 3) Desde o início de seus estudos sobre gênero na geografia, quais foram as dificuldades encontradas, dentro e fora da academia (principalmente em relação a dupla jornada de trabalho e ao machismo dentro dos departamentos)?
- 4) O que pensam a respeito da importância e/ou necessidade de se traduzir para o português as produções da geografia internacional sobre gênero.
- 5) A senhora poderia relatar como é o trabalho realizado no grupo de pesquisa?
- 6) Existe uma Geografia Feminista Brasileira? Como a senhora veem a construção desse processo?